

# 2024

# Relatório e Contas Consolidadas

O Pilar Económico  
do Grupo CP.

Análise e desempenho  
da sustentabilidade  
económica do Grupo.



COMBOIOS DE PORTUGAL

# Ficha Técnica

## **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 212 635 680,46 €

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos:

[institucional@cp.pt](mailto:institucional@cp.pt)



Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

# Índice

<b>OS NÚMEROS DO GRUPO .....</b>	<b>8</b>
<b>O GRUPO APRESENTA-SE.....</b>	<b>10</b>
<b>Quem Somos</b>	<b>11</b>
CP – Comboios de Portugal, E.P.E.	12
ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.	12
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.	12
SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.	13
SIMEF, A.C.E	13
NOMAD TECH	13
TIP, A.C.E.	13
Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF)	13
<b>Modelo de Governo</b>	<b>14</b>
<b>Cadeia de Valor do Grupo</b>	<b>15</b>
<b>Relato Não Financeiro</b>	<b>15</b>
<b>CONJUNTURA MACROECONÓMICA .....</b>	<b>16</b>
<b>Contas Nacionais</b>	<b>17</b>
<b>Mercado de Trabalho</b>	<b>18</b>
<b>Inflação</b>	<b>19</b>
<b>DESEMPENHO ANUAL DO GRUPO .....</b>	<b>20</b>
<b>CP</b>	<b>21</b>
Sumário Executivo	21
Atividade em 2024	21
Turismo Ferroviário	21
Gestão dos Meios	23
Procura e Oferta	24
Proveitos do Transporte de Passageiros	25
Atividade de Manutenção	25
Investimentos	26
Resultados	27
<b>SIMEF, A.C.E.</b>	<b>29</b>
Sumário Executivo	29
Atividade em 2024	29
Recursos Humanos	30
Proveitos	30
Resultados	31
<b>FERNAVE</b>	<b>32</b>

Sumário Executivo	32
Atividade em 2024	32
Recursos Humanos	33
Proveitos	33
Resultados	34
<b>ECOSAÚDE</b>	<b>35</b>
Sumário Executivo	35
Atividade em 2024	35
Recursos Humanos	35
Proveitos	36
Resultados	37
<b>SAROS</b>	<b>38</b>
Sumário Executivo	38
Atividade em 2024	38
Recursos Humanos	38
Proveitos	38
Resultados	39
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....</b>	<b>40</b>
<b>Resultados</b>	<b>41</b>
Resultado Líquido do Grupo	41
Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)	42
Resultado Operacional	42
Resultado Financeiro	43
<b>Balanço</b>	<b>44</b>
Ativo	44
Capital	45
Passivo	45
<b>Dívida Remunerada</b>	<b>46</b>
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</b>	<b>46</b>
<b>PERSPECTIVAS PARA 2025.....</b>	<b>48</b>
<b>CP</b>	<b>49</b>
<b>FERNAVE</b>	<b>49</b>
<b>ECOSAÚDE</b>	<b>50</b>
<b>SAROS</b>	<b>50</b>
<b>SIMEF</b>	<b>50</b>
<b>RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2023.</b>	<b>51</b>
<b>Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2023</b>	<b>52</b>
<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>53</b>
<b>Factos Relevantes Após o Termo do Exercício</b>	<b>54</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>56</b>

<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>62</b>
<b>Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)</b>	<b>63</b>
Identificação	63
<b>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)</b>	<b>64</b>
Referencial Contabilístico	64
Derrogações às IFRS	65
Valores Comparativos	65
<b>Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)</b>	<b>65</b>
Bases de Mensuração	65
Consolidação	66
O Grupo e a Empresa	66
A CP	66
Empresas Participadas	66
Associadas	68
Outras Participações	68
Método de Consolidação	70
Perímetro de Consolidação	71
Empresas Incluídas na Consolidação pelo Método de Consolidação Integral	72
Empresas Associadas Contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	72
Outras Participações	72
Políticas Contabilísticas Relevantes	72
<b>Fluxo de Caixa (nota 4)</b>	<b>95</b>
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários	95
<b>Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)</b>	<b>95</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)</b>	<b>95</b>
<b>Ativos Intangíveis (nota 7)</b>	<b>98</b>
<b>Direitos de Uso de Ativos (nota 8)</b>	<b>99</b>
<b>Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)</b>	<b>100</b>
<b>Outros Investimentos Financeiros (nota 10)</b>	<b>101</b>
<b>Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)</b>	<b>103</b>
<b>Inventários (nota 12)</b>	<b>104</b>
<b>Clientes (nota 13)</b>	<b>105</b>
<b>Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)</b>	<b>107</b>
<b>Outros Créditos a Receber (nota 15)</b>	<b>108</b>
<b>Diferimentos (nota 16)</b>	<b>108</b>
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)</b>	<b>109</b>
<b>Capital (nota 18)</b>	<b>110</b>
Capital Realizado	110
Capital Não Realizado	111
<b>Reservas Legais (nota 19)</b>	<b>111</b>
<b>Outras Reservas (nota 20)</b>	<b>111</b>
<b>Resultados Transitados (nota 21)</b>	<b>112</b>
<b>Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)</b>	<b>112</b>
<b>Provisões (nota 23)</b>	<b>113</b>
<b>Financiamentos Obtidos (nota 24)</b>	<b>113</b>
<b>Outras Dívidas a Pagar (nota 25)</b>	<b>115</b>
<b>Fornecedores (nota 26)</b>	<b>115</b>
<b>Vendas e Serviços Prestados (nota 27)</b>	<b>116</b>
<b>Subsídios à Exploração (nota 28)</b>	<b>116</b>
<b>Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)</b>	<b>118</b>
<b>Variação nos Inventários da Produção (nota 30)</b>	<b>118</b>

<b>Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)</b>	<b>119</b>
<b>Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)</b>	<b>119</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)</b>	<b>120</b>
<b>Gastos com Pessoal (nota 34)</b>	<b>120</b>
<b>Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)</b>	<b>121</b>
<b>Outros Rendimentos (nota 36)</b>	<b>121</b>
<b>Outros Gastos (nota 37)</b>	<b>122</b>
<b>Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)</b>	<b>122</b>
<b>Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)</b>	<b>123</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 40)</b>	<b>123</b>
<b>Juros e Gastos Similares Suportados (nota 41)</b>	<b>124</b>
<b>Garantias e Avales (nota 42)</b>	<b>124</b>
<b>Saldos e Transações com Empresas Associadas (nota 43)</b>	<b>124</b>
<b>Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)</b>	<b>126</b>
<b>Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)</b>	<b>126</b>
<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA .....</b>	<b>127</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS .....</b>	<b>129</b>
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>131</b>



# Índice de Gráficos

	Gráfico 1 - Grupo CP.....	11
	Gráfico 2 – Taxa anual de crescimento do PIB homólogo entre 2020 e 2024. ....	17
	Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.....	18
	Gráfico 4 – Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021. ....	19
	Gráfico 5 – Fontes de Financiamento.....	46
	Gráfico 6- Grupo CP.....	71

**1.**

# **Os Números do Grupo**



<b>Indicadores Operacionais do Grupo</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Δ 24-23</b>	<b>Δ %</b>
<b>Procura</b>				
Passageiros ( $10^3$ )	188 306	173 265	15 040	8,7%
Passageiros Quilómetro ( $10^3$ )	4 928 960	4 366 937	562 023	12,9%
<b>Oferta</b>				
Comboios ( $10^3$ )	416	398	18	4,6%
CK ( $10^3$ )	27 862	26 153	1 709	6,5%
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	238	244	-6	-2,5%
Locomotivas	50	49	1	2,0%
Carroagens	156	153	3	2,0%
<b>Recursos Humanos</b>				
CP	3 890	3 735	155	4,1%
SIMEF	73	69	4	5,8%
Fernave	11	10	1	10,0%
Ecosaúde	25	24	1	4,2%
Saros	1	1	0	0,0%
<b>Efetivo Final do Grupo</b>	<b>4 000</b>	<b>3 839</b>	<b>161</b>	<b>4,2%</b>

<b>Indicadores Financeiros do Grupo</b> ( $10^3$ €)	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Δ 24-23</b>	<b>Δ %</b>
<b>Demonstração de Resultados</b>				
Resultado Operacional	17 138	57 359	-40 221	-70,1%
Resultado Líquido	1 929	3 331	-1 402	-42,1%
EBITDA (1)	69 464	118 050	-48 586	-41,2%
<b>Balanço</b>				
Ativo	667 658	740 229	-72 571	-9,8%
Capital Próprio	228 970	226 759	2 211	1,0%
Passivo	438 688	513 470	-74 782	-14,6%
Financiamentos Obtidos	103 646	202 628	-98 982	-48,8%

(1) Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core do Grupo.

# 2. O Grupo Apresenta-se



## Quem Somos

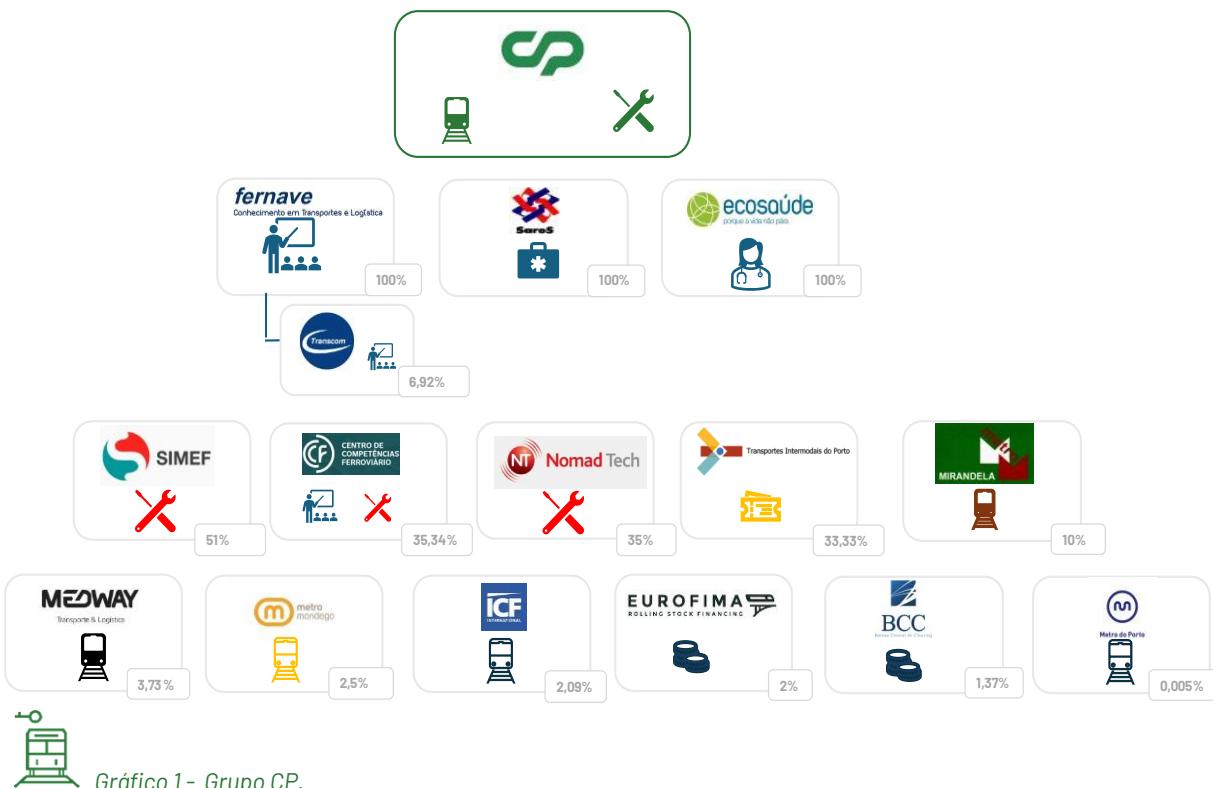
A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O Grupo presta os seguintes serviços:

- Transporte Ferroviário de Passageiros;
- Manutenção de material circulante, tanto próprio como de outros Operadores de Transportes;
- Formação Técnica;
- Medicina no trabalho, tanto a Empresas como a Particulares.

O Grupo terminou 2024 com um Volume de Negócios de cerca de 305,8 milhões de euros. No final de 2024, o Grupo contava com 4 000 Colaboradores, uma frota de 238 automotoras, 50 locomotivas e 156 carruagens. Estes meios permitiram fazer circular cerca de 416 milhares de comboios que transportaram mais de 188 milhões de passageiros.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas no final de 2024:



A CP mantém uma participação de 3,73% na Medway (ex-CP Carga) conforme acordo no processo de venda da anterior empresa Participada. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2024, de

5 de janeiro, a CP foi autorizada a fazer uma Oferta Pública de Venda das ações que detém, a qual está em preparação.

A partir de 17 de janeiro de 2025, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, a TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, E.M.T., S.A. assumiu os serviços até aí prestados pelo TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, designadamente a gestão do sistema de bilhética Andante.

Cada uma das Participadas contribui do seguinte modo para a missão do Grupo no sentido de fornecer mobilidade à sociedade portuguesa:

## **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros. Engloba ainda a valência de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção. Executa as funções oficiais, não só no seu próprio material circulante como no de outros Operadores de Transportes.

## **ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico / profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

## **FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

## SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, LDA.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

## SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700".

## NOMAD TECH

A NOMAD TECH desenvolve a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

## TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

## Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF)

A Associação CCF foi constituída em 2021 e tem como objetivo posicionar Portugal como referência na indústria ferroviária, no desenvolvimento de tecnologias e de novos produtos, na capacitação de capital humano e do tecido industrial nacional e na aceleração de ideias, projetos e empresas com capacidade de internacionalização. Trata-se de uma Associação Sem Fins Lucrativos.



## Modelo de Governo

O Conselho de Administração da CP em funções no período de relato foi constituído pelos seguintes elementos:

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Início-Fim	Forma
28-09-2022 a 31-12-2024	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	
28-09-2022 a 31-12-2024	Vice Presidente	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	
28-09-2022 a 31-12-2024	Vogal	Joaquim José Martins Guerra	Despacho n.º 11504/2022, de 19 de setembro	

Os Membros do Conselho de Administração da CP exerceram ainda os seguintes cargos de Administração nas empresas Participadas:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2024			
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 26-01-2022
Pedro Manuel Franco Ribeiro	TIP	Presidente do C.A. (desde 01-06-2022)	Pública	AG de 31-05-2022

Legenda:

- Nomad Tech, Lda
- SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.
- CA - Conselho de Administração
- TIP - Transportes intermodais do Porto

Em 19 de fevereiro de 2025, pela RCM n.º 29/2025, foi nomeado o novo Conselho de Administração para o triénio 2025-2027, com a seguinte composição:

Mandato	Cargo	Nome
2025 a 2027	Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira
2025 a 2027	Vice Presidente	Sara Maria Pereira do Nascimento
2025 a 2027	Vogal	Ana Maria Vicente da Silva Horta
2025 a 2027	Vogal	Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro
2025 a 2027	Vogal	João António Gomes Claro

## Cadeia de Valor do Grupo

O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Receptor			
		CP	Fernave	Ecosaúde	SAROS
CP	Aluguer Edifícios	<input checked="" type="checkbox"/>			<input checked="" type="checkbox"/>
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Refaturação (limpeza de instalações, vigilância,	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante				<input checked="" type="checkbox"/>
Fernave	Formação	<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
SAROS	Mediação de Seguros	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
SIMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	<input checked="" type="checkbox"/>			

Ao longo do presente relatório desenvolveremos as principais ações realizadas em 2024 e perspetivas futuras para estas empresas.

## Relato Não Financeiro

O Relato Não Financeiro do ano 2024, é parte integrante do Relatório de Governo Societário 2024 da CP, enquanto empresa-mãe do grupo.



# 3. Conjuntura Macroeconómica



## Contas Nacionais

Em 2024, o PIB registou um crescimento de cerca de 2% em volume, situando-se aquém do aumento registado em 2023, de 2,6%. Apesar desta desaceleração, os dois últimos trimestres de 2024 evidenciaram sinais positivos de retoma.

A procura externa líquida contribuiu em 2024 negativamente para a variação do PIB, após contribuir positivamente em 2022 e 2023, devido a um crescimento mais acelerado das importações de bens e serviços em volume, enquanto as exportações mantiveram um crescimento próximo do observado em 2023. A procura interna, pelo contrário, contribuiu de forma mais positiva do que o registado em 2023.

As condições de financiamento e em particular a evolução das taxas de juro, continuaram a afetar o setor industrial, que permanece vulnerável.

No entanto, o setor de serviços, especialmente em áreas como a tecnologia e o turismo, tem demonstrado resiliência, proporcionando uma manutenção estável do emprego.



Gráfico 2 – Taxa anual de crescimento do PIB homólogo entre 2020 e 2024.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

## Mercado de Trabalho

A taxa anual de desemprego em 2024 foi de 6,4%, ligeiramente abaixo dos 6,6% registados em 2023.

O trabalho remoto continua a ser uma tendência consolidada, com muitas empresas a adotarem modelos híbridos, de trabalho presencial e remoto. Embora o teletrabalho tenha diminuído em alguns setores no período pós-pandemia, continua a ser uma prática adotada por um número significativo de trabalhadores, especialmente em indústrias como a tecnologia e a comunicação. No 4º trimestre do ano, a proporção da população empregada em teletrabalho, isto é, que trabalhou a partir de casa com recurso a tecnologias de informação e comunicação, foi de 20,5% (1 057,8 mil pessoas). Esta mudança nas modalidades de trabalho impacta diretamente a mobilidade.

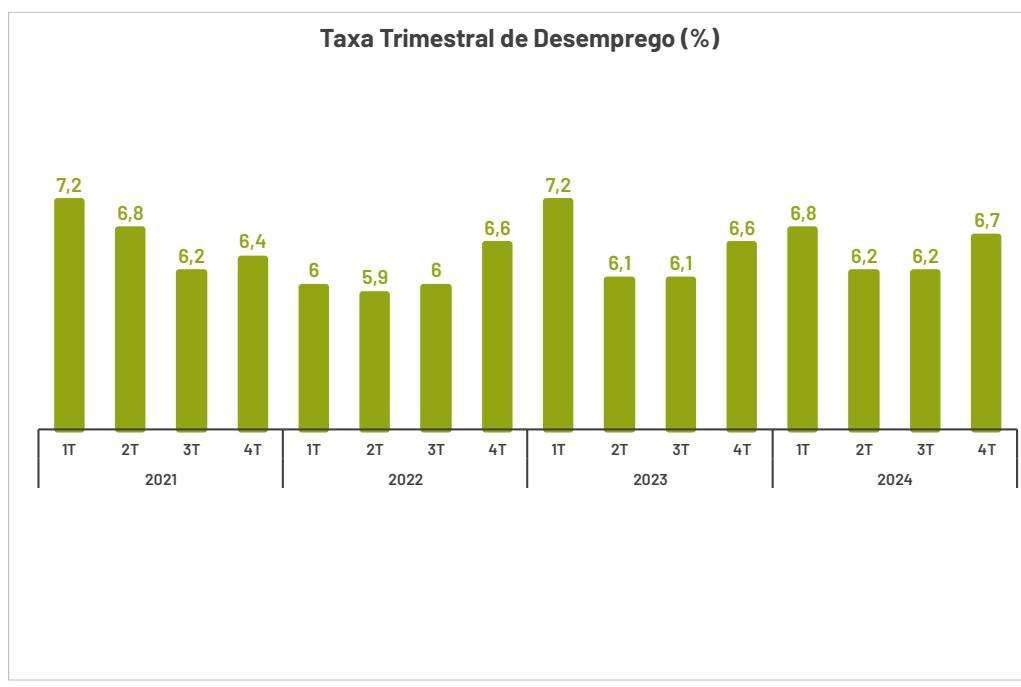


Gráfico 3 - Evolução da Taxa de Desemprego desde 2021, por trimestre.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

### FLEXIPASSE CP / FLEXIPASSE JOVEM

Agora o Flexipasse permite a utilização mensal ilimitada e indiferenciada dos comboios Intercidades (sem pagamento da reserva de lugar, poderão ocupar os lugares disponíveis em 2º Classe, estando no entanto, sujeitos a viajar de pé).

[Saiba mais aqui.](#)



## Inflação

Depois de dois anos de pressão inflacionista, em 2024, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média de 2,7%, o que constituiu um decréscimo de 2,6 p.p. relativamente ao ano anterior.

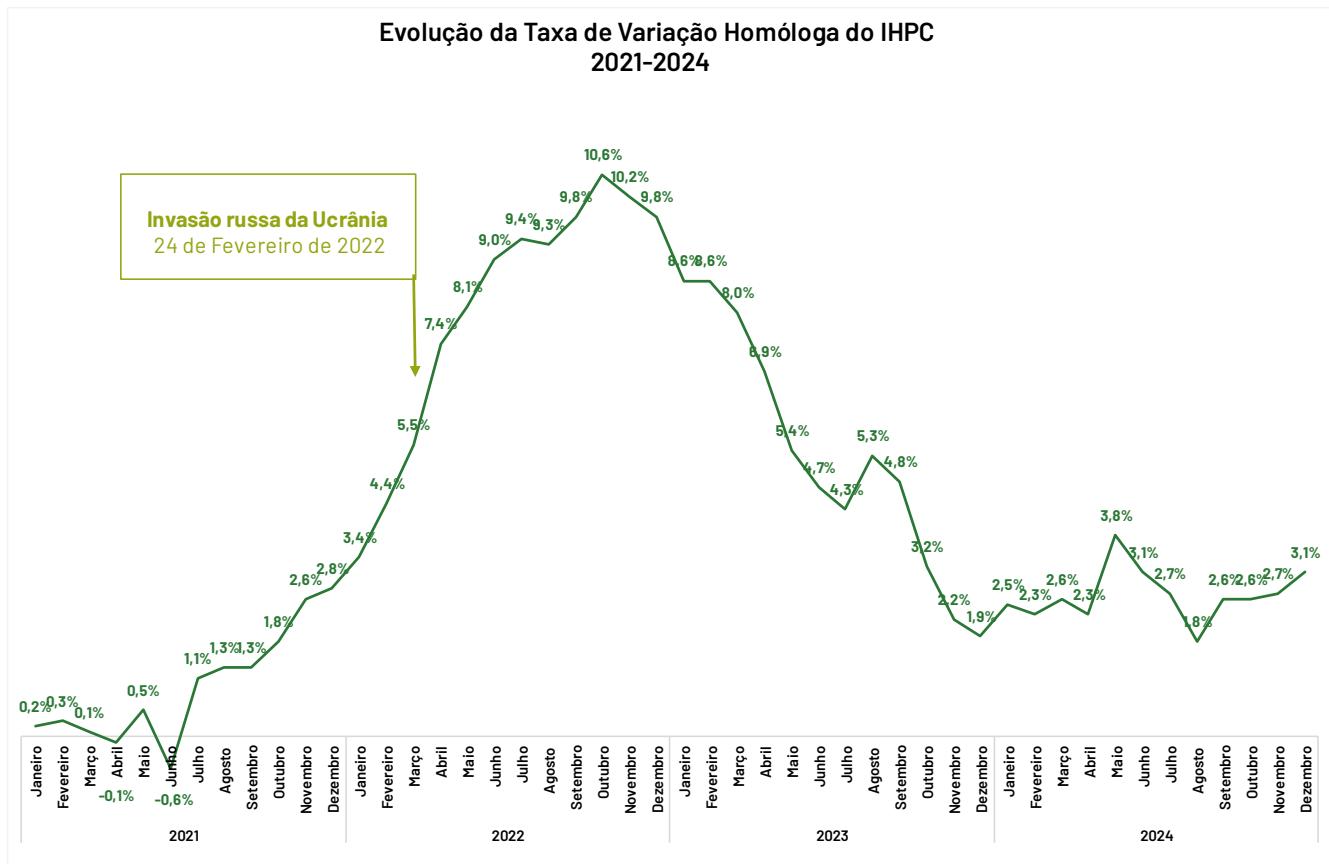
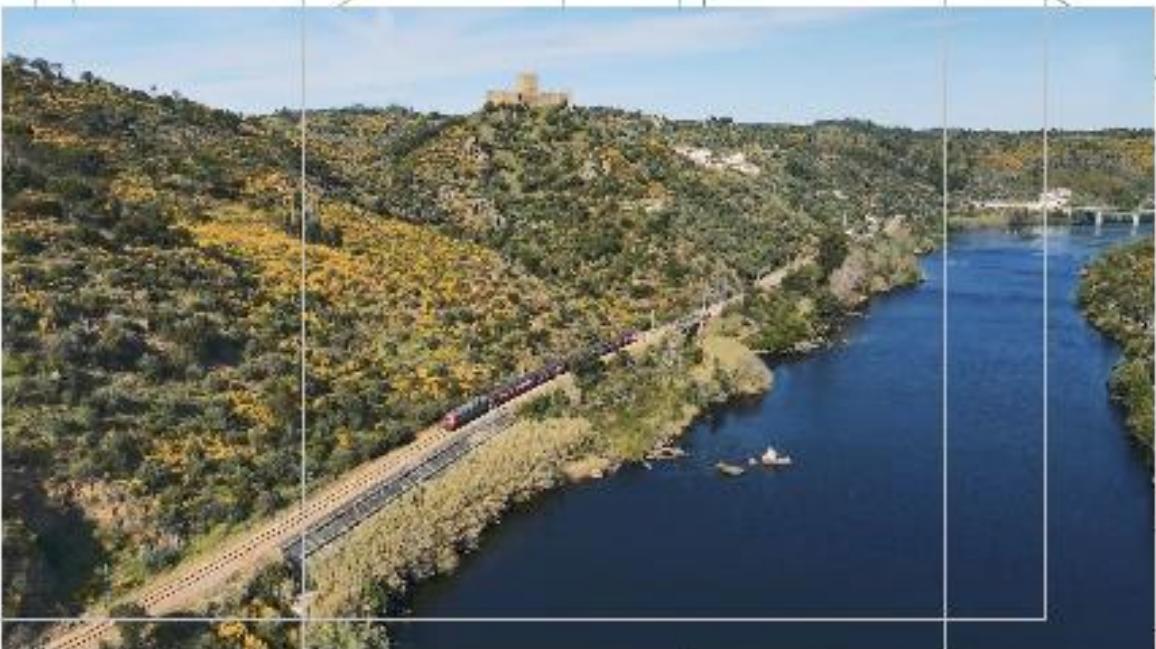


Gráfico 4 – Variação homóloga mensal do IHPC desde 2021.

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)



# **4.** **Desempenho** **Anual do Grupo**



**CP**

## Sumário Executivo

A CP obteve em 2024, o terceiro ano consecutivo com resultados positivos, ao encerrar o exercício com um Resultado Líquido no valor de 1,8 milhões de euros.

Em 2024, a CP transportou cerca de 188,3 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 8,7% face ao ano anterior.

O crescimento foi transversal a todos os serviços, refletindo o impacto das greves ocorridas durante os primeiros sete meses de 2023, mas com destaque para o serviço regional, cujo crescimento foi impulsionado pela implementação em agosto de 2023, do Passe Ferroviário Nacional e, em outubro de 2024, do Passe Ferroviário Verde.

Também na área de prestação de serviços externos de manutenção e engenharia a CP apresentou um crescimento significativo, tendo registado proveitos de cerca de 17 milhões de euros, traduzindo um aumento de 13,9% em relação ao ano anterior.

## Atividade em 2024

Das diversas atividades realizadas durante o ano de relato, destacam-se as seguintes:

### Informação em Tempo Real

Funcionalidade de informação em tempo real, com atualizações constantes sobre os horários e o estado de circulação dos comboios, para todos os serviços comerciais da CP. Disponível tanto no site CP.PT como na App CP.

### Passe Ferroviário Verde

Novo título de transporte, válido na CP, para residentes em Portugal, que pode ser adquirido em qualquer dia do mês, com a validade de 30 dias consecutivos, com o custo mensal de 20 euros. Permite viajar em comboios Intercidades, Regionais, InterRegionais e alguns urbanos.

### Passe Gratuito Para Jovens

Passe gratuito para todos os jovens até 23 anos (inclusive), mesmo que não sejam estudantes.

### Turismo Ferroviário

A CP continuou a consolidar o turismo ferroviário como uma das suas principais áreas de atuação.

## Substituição das Máquinas de Venda Automática

Na área da Grande Lisboa, iniciou-se a instalação de novos equipamentos para venda de títulos para todos os serviços da CP (Longo Curso, Regional e Urbanos), incluindo o Passe Ferroviário Verde e as reservas de viagens de Intercidades, ao abrigo deste passe.

## Reabertura Parcial da Linha da Beira Alta

Foi reaberto em novembro de 2024 o troço entre Celorico da Beira e Vilar Formoso, mantendo-se os transbordos rodoviários no restante percurso.

## Outras Intervenções na Infraestrutura Ferroviária

Mantiveram-se ao longo do ano de 2024 diversas alterações à oferta da CP em consequência das obras em curso na infraestrutura, em diversos pontos da Rede Ferroviária Nacional. Destacam-se as intervenções nas Linhas de Cascais e do Oeste.

## Início da Produção de Novas Automotoras

As novas automotoras para o serviço Regional iniciaram a produção em Valênciam. São objeto do contrato assinado em outubro de 2020 para aquisição de 22 novas automotoras: 12 bimodo e 10 elétricas, assim como das respetivas peças de parque.

## Melhoria da Eficiência e Segurança do Material Circulante

Destaca-se a montagem de novos rádios RSC GSMR nas automotoras que circulam no serviço regional e a instalação de mecanismos de controlo de abertura das portas das carruagens.



## Gestão dos Meios

### Recursos Humanos

No final de 2024 o efetivo total a cargo da CP era de 3 890 trabalhadores, mais 155 do que no final de 2023.

A taxa anual de absentismo registou em 2024 um decréscimo de 0,79 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 7,27%.

A taxa anual de trabalho suplementar apresentou em 2024 um acréscimo de 0,69 p.p. relativamente ao ano anterior, situando-se nos 11,49%.

Em 2024, foram ministradas aproximadamente 145 mil horas de formação, a cerca de 8 300 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da FERNAVE, empresa do Grupo CP.

A segurança e a manutenção foram os temas onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

### Frota

No final de 2024 a CP dispunha de 444 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial, com a seguinte tipologia e distribuição pelos serviços:

Tipologia do Material	2024	2023
Automotoras Elétricas	195	195
Automotoras Diesel	43	49
Locomotivas Elétricas	38	37
Locomotivas Diesel	12	12
Carruagens	156	153
<b>TOTAL</b>	<b>444</b>	<b>446</b>

Onde Prestam Serviço	2024	2023
Serv. Urb. Lisboa	98	98
Serv. Urb. Porto	34	34
Serviço Reg./LC	307	309
Aluguer Medway	5	5
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>446</b>

Em 2024, o parque ativo em serviço comercial foi reforçado com uma Locomotiva Elétrica da série LE 2600 / 2620, uma Carruagem Sorefame e duas Carruagens Arco.

No parque acima indicado incluíam-se, no final de 2024, 12 automotoras diesel alugadas à RENFE, afetas ao Serviço Regional e ao Comboio Celta (ligação internacional Porto-Vigo), menos 6 automotoras que no final de 2023.

A CP dispõe ainda de diverso material motor e rebocado afeto aos Comboios Históricos e Comboio Socorro e Locotratores, que prestam serviço interno de apoio às oficinas.

## Procura e Oferta

Em 2024, a CP transportou cerca de 188,3 milhões de passageiros, o que representou um acréscimo de 8,7% face ao ano anterior e de aproximadamente 30% face ao período pré-pandemia (2019).

Esta evolução face ao ano anterior reflete, as greves ocorridas durante os primeiros sete meses de 2023, a consolidação do crescimento dos títulos mensais e, em particular, a entrada em vigor, em agosto de 2023, do Passe Ferroviário Nacional e, em outubro de 2024, do Passe Ferroviário Verde.

O crescimento foi transversal a todos os serviços, com destaque para o serviço regional, na sequência da implementação das medidas acima referidas. Uma palavra ainda, para a recuperação verificada ao nível dos títulos mensais dos urbanos do Porto.

<b>Passageiros</b> ( $\times 10^3$ )	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b><math>\Delta</math> 24-23</b>	<b><math>\Delta</math> %</b>
Serv. Urbano Lisboa	142 255	136 325	5 929	4,3%
Serv. Urbano Porto	23 877	19 942	3 935	19,7%
Serv. Urbano Coimbra	1 130	834	297	35,6%
Serv. Longo Curso	5 545	5 193	353	6,8%
Serv. Regional	15 382	10 857	4 525	41,7%
Serv. Internacional	116	115	1	1,1%
<b>TOTAL</b>	<b>188 306</b>	<b>173 265</b>	<b>15 040</b>	<b>8,7%</b>

A CP realizou durante o ano de 2024 cerca de 415,7 mil comboios e aproximadamente 27,9 milhões de comboios-quilómetro (CK). Face ao ano anterior, verificou-se um acréscimo de 4,6% do número de comboios e de 6,5% dos CK, devido essencialmente ao elevado volume de greves registado em 2023.

Mantiveram-se ao longo do ano de 2024 diversas alterações à oferta da CP em consequência das obras em curso na infraestrutura, em diversos pontos da Rede Ferroviária Nacional, que se têm prolongado muito além dos calendários fornecidos pela IP.

<b>Comboios</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b><math>\Delta</math> 24-23</b>	<b><math>\Delta</math> %</b>
Serv. Urbano Lisboa	191 139	190 484	655	0,3%
Serv. Urbano Porto	83 689	78 596	5 093	6,5%
Serv. Urbano Coimbra	11 010	10 382	628	6,0%
Serv. Longo Curso	25 554	23 534	2 020	8,6%
Serv. Regional	102 876	93 200	9 676	10,4%
Serv. Internacional	1 416	1 359	57	4,2%
<b>TOTAL</b>	<b>415 684</b>	<b>397 555</b>	<b>18 129</b>	<b>4,6%</b>

## Proveitos do Transporte de Passageiros

Os proveitos de tráfego ascenderam em 2024 a 280,1 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 13,2 % face ao ano anterior.

A evolução dos proveitos de tráfego distingue-se da apresentada pela procura devido, designadamente aos seguintes factos:

- acréscimo de peso relativo dos títulos mensais, que têm uma tarifa média inferior à dos títulos ocasionais;
- atualização tarifária aplicada aos títulos. Para 2024 a AMT determinou que apenas aos títulos de transporte ocasionais, designadamente aqueles que são válidos apenas para uma viagem ou um período curto e determinado, se deveria aplicar a Taxa de Atualização Tarifária (TAT) de 6,43%. Em relação aos títulos mensais não foi aplicada qualquer atualização, no seguimento da obrigatoriedade legal expressa na medida de "congelamento dos preços dos passos" a que se refere o Relatório do Orçamento do Estado para 2024;
- comparticipações atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), que têm sido atribuídas com significativo desfasamento temporal, o que distorce a comparabilidade dos dados anuais dos proveitos de tráfego.

Proveitos de Tráfego (*10 <sup>3</sup> €)	2024	2023	Δ 24-23	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	111 236	98 362	12 874	13,1%
Serv. Urbano Porto	34 215	28 515	5 700	20,0%
Serv. Urbano Coimbra	1 301	1 141	161	14,1%
Serv. Longo Curso	98 389	88 228	10 161	11,5%
Serv. Regional	33 380	29 306	4 074	13,9%
Serv. Internacional	1 611	1 806	-195	-10,8%
<b>TOTAL</b>	<b>280 133</b>	<b>247 358</b>	<b>32 775</b>	<b>13,2%</b>

**Nota:** não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

## Atividade de Manutenção

Esta atividade destina-se a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transportes, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2024 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas.

Prosseguiram os trabalhos de reabilitação das 50 Carruagens adquiridas à RENFE, em 2020, com a entrada ao serviço, em 2024, de mais 2 unidades. No final de 2024 encontravam-se ao serviço 20 destas carruagens.

De referir ainda, a reposição ao serviço de uma Locomotiva 2600 e de uma carruagem Sorefame.

Paralelamente, prosseguiu o esforço de redução da percentagem de material a circular grafitado, com forte impacto positivo em termos de qualidade do serviço, de imagem e, acima de tudo, de sentimento de segurança e de conforto dos Clientes.

O volume de serviços de manutenção prestados a terceiros, durante o ano de 2024, superou os 17 milhões de euros. Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- VIAPORTO - manutenção da frota EUROTAM e TRAMTRAIN da Metro do Porto;
- RENFE - manutenção das automotoras diesel da série 592, alugadas pela CP;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- CRRC - manutenção da nova frota CT da Metro do Porto;
- Reparação de rotáveis para vários Clientes.

## Investimentos

Em 2024 o valor de investimentos realizado (contratações externas e trabalhos para a própria empresa) ascendeu a 26,8 milhões de euros, dos quais 68% foram destinados à reparação e modernização do material circulante.

<b>Investimento Total</b>		<b>Valor Realizado</b>	<b>Peso</b>
Valores em Milhares de Euros			
Modernização de Material Circulante	18 354	68,5%	
Equipamentos	6 793	25,3%	
Instalações Fixas	1 245	4,6%	
Informatização	418	1,6%	
<b>TOTAL</b>	<b>26 810</b>		

No que se refere à aquisição de material circulante:

- O contrato para fornecimento de 12 automotoras bimodo e 10 automotoras elétricas encontra-se em curso. O quarto adiantamento, que está associado à entrega provisória da primeira unidade bimodo para homologação, foi adiado. A entrega desta unidade, inicialmente prevista para final de 2024, só deverá ocorrer em final de 2025;
- O contrato para a aquisição de 117 automotoras para os serviços regional e urbanos de Lisboa e do Porto, cuja decisão de adjudicação foi anunciada no final de 2023, aguarda levantamento do efeito suspensivo decorrente da impugnação apresentada pelos dois concorrentes preteridos. O contrato ainda não se encontra assinado.

## Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2024/2023	
	REAL 31-12-2024	REAL 31-12-2023	Valor	%
Vendas e serviços prestados	302 791	267 615	35 176	13%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	281 010	248 158	32 852	13%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	77 014	14 937	2 077	14%
Vendas e serviços prestados - Outros	4 767	4 520	247	5%
Subsídios à exploração	105 186	157 884	-52 698	-33%
Variação nos inventários da produção	1 045	1 745	-700	-40%
Trabalhos para a própria entidade	16 018	15 910	108	1%
Outros rendimentos	25 647	24 520	1 127	5%
	450 687	467 674	-16 987	-4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-33 691	-35 278	1587	4%
Fornecimentos e serviços externos	-168 130	-146 655	-21 475	-15%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-775 016	-160 269	-14 747	-9%
Outros gastos	-7 548	-10 727	3 179	30%
	-384 385	-352 929	-31 456	-9%
<b>Resultado operacional da atividade de transportes e manutenção* (EBITDA)</b>	<b>66 302</b>	<b>114 745</b>	<b>-48 443</b>	<b>-42%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-48 817	-51 636	2 819	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 405	111	1 294	1166%
Indemnizações por rescisão	-63	-278	215	77%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2 920	2 678	242	9%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 819	-2 068	249	12%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-272	281	-553	-197%
Provisões (aumentos/reduções)	-3 350	-261	-3 089	-1184%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	441	-2 000	2 441	122%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	727	-2 679	3 406	127%
Outros rendimentos (não core)	1 873	55	1 818	3305%
Outros gastos (não core)	-709	-1 952	1 243	64%
<b>Resultado operacional</b>	<b>18 638</b>	<b>56 996</b>	<b>-38 358</b>	<b>-67%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	115	52	63	121%
Juros e gastos similares suportados	-16 521	-50 853	34 332	68%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-16 406</b>	<b>-50 801</b>	<b>34 395</b>	<b>68%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 232</b>	<b>6 195</b>	<b>-3 963</b>	<b>-64%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-389	-2 643	2 254	85%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 843</b>	<b>3 552</b>	<b>-1 709</b>	<b>-48%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core da empresa.

A CP encerrou o exercício de 2024 com um *Resultado Líquido* de 1,8 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 1,7 milhões de euros face ao ano anterior (-48%).

Esta evolução face ao ano anterior é justificada, essencialmente, pela diminuição das compensações financeiras atribuídas pelas obrigações de serviço público e pelo acréscimo dos gastos operacionais, ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos rendimentos das prestações de serviços e pela melhoria do *Resultado Financeiro*.

O *EBITDA* recorrente das atividades de transportes e manutenção foi, em 2024, de 66,3 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 48,4 milhões de euros face ao ano anterior.

Ao nível dos rendimentos, destaca-se o aumento dos *Serviços Prestados*, em cerca de 35,2 milhões de euros, justificado pelo acréscimo dos rendimentos associados aos serviços de transporte de passageiros e à prestação de serviços de manutenção, conforme analisado anteriormente.

Os *Subsídios à Exploração*, registaram uma variação negativa em 52,7 milhões de euros decorrente, designadamente, de, em 2023, terem sido reconhecidos os montantes relativos à reconciliação

das compensações e reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público respeitantes ao ano de 2021 (58,1 milhões de euros) e à reconciliação das compensações referente ao ano de 2022 (7,1 milhões de euros). A compensação financeira pelas obrigações de serviço público prestadas em 2024, apurada pela aplicação da fórmula de cálculo prevista no contrato celebrado entre o Estado e a CP, ascendeu a 105,1 milhões de euros, mais 12,4 milhões de euros que o valor apurado para o ano de 2023.

Os gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, apresentaram um acréscimo de cerca de 21,5 milhões de euros, com especial destaque para a taxa de utilização da infraestrutura, que registou um acréscimo na ordem dos 14 milhões de euros.

Os gastos com *pessoal (sem indemnizações)*, aumentaram cerca de 14,7 milhões de euros, em virtude, essencialmente, do aumento do efetivo médio e do acréscimo retributivo dos trabalhadores, na sequência das valorizações remuneratórias e dos acordos firmados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores.

O *Resultado Financeiro* em 2024 foi negativo em 16,4 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior em cerca de 34,4 milhões de euros. Esta variação é explicada, essencialmente, pela diminuição da dívida remunerada.

Recorda-se que o Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, determinou a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do Capital Estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.



## SIMEF, A.C.E.

### Sumário Executivo

O SIMEF iniciou em 2024, a instalação do Sistema CBTC em unidades triplas do Metropolitano de Lisboa. Estas intervenções, realizadas por subcontratação para a Agrupada Siemens Mobility, constituem o primeiro serviço prestado pelo SIMEF fora do domínio de atuação de manutenção de locomotivas elétricas.

O ano foi especialmente desafiante devido a um aumento das solicitações dos Clientes, enquanto a área operacional se debatia com um quadro de pessoal incompleto, por motivo de apresentação de diversos pedidos de rescisão de contratos de trabalho e da elevada dificuldade ao nível de recrutamento de pessoal.

No entanto, tal não impediu o cumprimento da generalidade das ações previstas para o ano, com o SIMEF a encerrar o exercício de 2024 com um Resultado Líquido de 986 milhares de euros, mais 1% que o registado no ano anterior.

### Atividade em 2024

Durante o ano de 2024 foram integralmente cumpridas as atividades de manutenção das 54 locomotivas das séries 4700 e 5600 operadas pela CP e pela Medway. Prosseguiram as intervenções de R2 nas locomotivas da série 4700.

Não obstante uma redução dos índices de fiabilidade, devido à obsolescência de equipamentos, registou-se um excelente desempenho ao nível da disponibilidade das frotas para o serviço comercial.

Em relação ao número de quilómetros percorridos pelas locomotivas, registou-se um desvio positivo de 5,02% face à referência contratual na frota da CP e um desvio com sinal contrário de cerca de 22% na frota da Medway.

O ano 2024 fica ainda marcado pelo conjunto relevante de adjudicações de trabalhos extraordinários, com destaque para o serviço de montagem integral da locomotiva 5613 da CP, a realizar durante o ano 2025, trabalho de elevada complexidade técnica e operacional que permitirá alavancar os conhecimentos da equipa.

Foi implementada e configurada uma ferramenta informática de apoio à gestão do Sistema Integrado de Gestão da Manutenção, Qualidade, Segurança e Ambiente – Software SIG INTENTO. Procedeu-se à migração para o INTENTO dos processos / subprocessos do anterior sistema e à execução das principais atividades e tarefas relacionadas com a monitorização e avaliação da qualidade, Segurança Ferroviária (SF) e da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

## Recursos Humanos

O SIMEF contava no final do ano de 2024 com um efetivo de 73 trabalhadores.

Foram ministradas 2 025 horas de formação, que correspondem a cerca de 27,75 horas de formação por colaborador.

No plano social de referir a melhoria do índice de satisfação dos Colaboradores face ao ano anterior, registando-se em 2024 um resultado positivo de 7,68 numa escala de 2 a 10.

A taxa de absentismo teve o valor de 1,79%, próximo do registado no ano anterior e plenamente dentro do objetivo estabelecido, inferior a 4%.

Destaca-se ainda, a obtenção da marca histórica de 500 dias sem acidentes de trabalho.

## Proveitos

O Volume de Negócios apresentou um decréscimo de 3,6%.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2024	2023	Δ 24-23	Δ %
Manutenção de locomotivas	13 525 810	14 032 448	-506 638	-3,6%
<b>TOTAL</b>	<b>13 525 810</b>	<b>14 032 448</b>	<b>-506 638</b>	<b>-3,6%</b>



## Resultados

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b> <i>(valores em milhares de euros)</i>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Δ 24-23</b>	<b>Δ %</b>
Vendas e serviços prestados	13 525	14 032	-507	-3,6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1943	-1530	-413	-27,0%
Fornecimentos e serviços externos	-7 754	-8 969	1215	13,5%
Gastos com o pessoal	-2 717	-2 383	-334	-14,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-64	-55	-9	-16,4%
Outros rendimentos e gastos	-2	-46	44	95,7%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1 045</b>	<b>1 049</b>	<b>-4</b>	<b>-0,4%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-95	-86	-9	-10,5%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>950</b>	<b>963</b>	<b>-13</b>	<b>-1,3%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	36	13	23	176,9%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>986</b>	<b>976</b>	<b>10</b>	<b>1,0%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do período</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>s/s</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>986</b>	<b>976</b>	<b>10</b>	<b>1,0%</b>

O Resultado Líquido no exercício de 2024 ascendeu a 986 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 1% face ao ano anterior.

O decréscimo de 3,6% no Volume de Negócios foi compensado por uma significativa redução de gastos, nomeadamente dos Fornecimentos e Serviços Externos.

No final de 2023 ocorreu uma inspeção fiscal ao ano de 2019 por parte da Autoridade Tributária (AT), que apresentou uma proposta de correção ao exercício de 2019, em sede de retenção na fonte de IRC, no montante de 25 100,75 Euros. O Conselho de Administração do SIMEF, baseado na opinião dos consultores fiscais, entendeu que o SIMEF cumpriu as suas obrigações fiscais e desta forma contestou junto da AT a proposta apresentada, que obteve deferimento.



# FERNAVE

## Sumário Executivo

A FERNAVE registou em 2024 um crescimento substancial da sua atividade, não apenas em quantidade de intervenções realizadas, como também em volume de negócio que as mesmas geraram.

Como consequência, o Resultado Líquido ultrapassou o milhão de euros, registando um crescimento de 27,8% face ao ano anterior.

## Atividade em 2024

### Área da Formação

Entre os projetos realizados em 2024, destacam-se:

- Com intervenção no setor dos Transportes e Logística: Construção e Reparação, foi concluído, para a ANQEP, um projeto estruturante no âmbito das qualificações de nível não superior e de regulação da oferta formativa de dupla certificação (Catálogo Nacional de Qualificações);
- Renovação da certificação junto da ANTT – Agência Nacional dos Transportes Terrestres de Angola;
- Sedimentação da relação de parceria com a LAR – Lobito Atlantic Railway, com o início da formação para funções operacionais certificadas;
- Participação na “Feira das Tuas Opções” (orientação, ensino e formação profissional) em Cascais em parceria com o Agrupamento de Escolas IBN Mucana e a Câmara Municipal de Cascais;
- Conclusão da ação de formação inicial de maquinistas ferroviários que derivou do protocolo estabelecido com o IEFP com vista à reinserção dos trabalhadores da antiga refinaria da Petrogal / Galp no mercado de trabalho.

### Atividade de Psicologia:

Durante o ano de 2024, realizaram-se cerca de 1 700 exames, abrangendo intervenções de recrutamento e de avaliação psicológica, dos quais se destacam:

- Manutenção da certificação de maquinistas ( controlo periódico), tendo em vista a emissão da carta por parte do IMT;
- Seleção para funções ligadas à carreira comercial da CP (Operadores de Revisão e Venda e Assistentes Comerciais);
- No âmbito de funções ligadas à segurança de circulação ferroviária e marítimo-portuária.

## Consultadoria:

Com uma atuação, muitas vezes, integrada com outras atividades, em especial com a formação, desenvolveram-se os seguintes projetos:

- Projeto de conceção / atualização de uma plataforma de ensino à distância no âmbito da atividade formativa de motoristas de táxi;
- Conclusão do processo de licenciamento e certificado de segurança à ANTT, para um operador no setor ferroviário em Angola;
- Conceção do diretório de rede para um cliente no setor ferroviário em Angola;
- Desenvolvimento do normativo de exploração ferroviária adaptado às atuais condições circulação da Linha Ferroviária de Benguela.

## Recursos Humanos

A FERNAVE contava no final de 2024 com uma equipa de 11 Colaboradores.

## Proveitos

A FERNAVE registou em 2024 proveitos no valor de cerca de 2,4 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 20,6% face ao ano anterior.

Este crescimento foi impulsionado pelo segmento da formação, que representou em 2024 cerca de 92% dos proveitos totais da empresa. O decréscimo registado na área da Consultadoria deve-se sobretudo à conclusão de projetos que foram estruturantes em 2023.

Proveitos (Valores em euros)	2024	2023	Δ 24-23	Δ %
Formação	2 177 137 €	1 640 850 €	536 287 €	32,7%
Psicologia	166 281 €	149 681 €	16 600 €	11,1%
Consultadoria	28 036 €	175 785 €	-147 749 €	-84,1%
<b>TOTAL</b>	<b>2 371 454 €</b>	<b>1 966 317 €</b>	<b>405 137 €</b>	<b>20,6%</b>

## Resultados

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b> (valores em euros)	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Δ 24-23</b>	<b>Δ %</b>
Vendas e serviços prestados	2 371 454 €	1 966 317 €	405 137 €	20,6%
Subsídio à exploração	131 €	0 €	0 €	0,0%
Fornecimentos e serviços externos	-822 453 €	-602 306 €	-220 147 €	-36,6%
Gastos com o pessoal	-478 916 €	-429 211 €	-49 705 €	-11,6%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0 €	334 €	-334 €	-100,0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis (perdas/reversões)	19 495 €	10 242 €	9 253 €	90,3%
Provisões (aumentos/reduções)	0 €	0 €	0 €	s/s
Outros rendimentos	142 663 €	68 775 €	73 888 €	107,4%
Outros gastos	-1 456 €	-2 744 €	1 288 €	46,9%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1 230 918 €</b>	<b>1 011 407 €</b>	<b>219 511 €</b>	<b>21,7%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-20 473 €	-18 694 €	-1 779 €	-9,5%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>1 210 445 €</b>	<b>992 713 €</b>	<b>217 732 €</b>	<b>21,9%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24 747 €	200 €	24 547 €	12273,5%
Juros e gastos similares suportados	-10 €	0 €	0 €	s/s
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>1 235 182 €</b>	<b>992 913 €</b>	<b>242 269 €</b>	<b>24,4%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-226 732 €	-204 136 €	-22 596 €	-11,1%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 008 450 €</b>	<b>788 777 €</b>	<b>219 673 €</b>	<b>27,8%</b>

A FERNAVE concluiu o exercício de 2024 com um Resultado Líquido de aproximadamente um milhão de euros, registando um acréscimo de cerca de 220 milhares de euros (+27,8%) face ao ano anterior.

Apesar de a empresa ter optado por não efetuar qualquer atualização nos preços das prestações de serviço no ano de 2024, o volume de negócios registou um aumento significativo de 20,6% face ao verificado em 2023.

O aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos prende-se com o aumento da atividade formativa, realizado sobretudo com recurso a subcontratação.

O aumento dos Gastos com Pessoal deveu-se às atualizações salariais e à integração de um trabalhador anteriormente cedido.

# ECOSAÚDE

## Sumário Executivo

No ano de 2024, a ECOSAÚDE registou um incremento de aproximadamente 4% no seu volume de negócios, reforçando e consolidando a sua posição no setor, mantendo um nível elevado de qualidade nos serviços prestados e fortalecendo a sua sustentabilidade económica e financeira.

O Resultado Líquido situou-se nos 35 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 28,4% face ao registado no ano anterior.

## Atividade em 2024

A ECOSAÚDE registou em 2024 um incremento da sua atividade, impulsionado pelo acréscimo dos Atos Médicos, que registaram um aumento na ordem dos 6% face ao ano anterior.

<b>Indicadores de Atividade (Unidades)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Variação %</b>
Medicina do trabalho (atos médicos)	14 553	13 769	6%
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 728	1 763	-2%
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	11 000	11 524	-5%
Especialidades médicas e de enfermagem	3 035	3 341	-9%
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	543	744	-27%
Formação - Volume de horas de formação	6 256	7 869	-20%
Formação - N.º de ações formação	55	65	-15%
Formação - N.º de formandos	508	671	-24%

## Recursos Humanos

No final do ano de 2024 a ECOSAÚDE contava com 25 trabalhadores, mais um que no final do ano anterior.

## Proveitos

Os proveitos aumentaram 4% face ao ano anterior, constituindo a acionista, o seu maior cliente, representando 45% da faturação.

Cliente (Valores em euros)	2024	% do Total da Faturação em 2024
CP - COMBOIOS DE PORTUGAL EPE	1 275 623	45%
PSA SINES-TERMINAIS CONTENTORES	372 828	13%
GENERALI SEGUROS, S.A	71 100	3%
TRANSTEJO	65 750	2%
MUNICÍPIO DE MAFRA	65 640	2%
MULTICARE - SEG. SAÚDE,	62 852	2%
SILOPOR-EMP. SILOS PORTUÁ	58 980	2%
MEDWAY - OPERADOR FERROVIÁRIO	54 593	2%
SIMEF, ACE	34 282	1%
SOCIEDADE DOS TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO	23 553	1%
MEDWAY - MAINTENANCE & REPAIR	22 268	1%
OUTROS CLIENTES (294 EMPRESAS)	704 486	25%
Total	2 811 955	

## Resultados

A ECOSAÚDE encerrou o exercício de 2024 com um Resultado Líquido de 35 milhares de euros, cerca de 8 milhares de euros melhor que o registado no ano anterior.

No ano de 2024, as prestações de serviços aumentaram 4% face ao ano anterior. No entanto, os gastos operacionais cresceram acima do nível de atividade, o que degradou a Margem Operacional.

A redução das depreciações, devido a uma política de investimento de substituição criteriosa e a melhoria do resultado financeiro, em virtude da redução da dívida remunerada, contribuíram para que a empresa apresentasse um Resultado Líquido ligeiramente superior ao do ano anterior.

<b>RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>Δ 24-23</b>	<b>Δ %</b>
Vendas e Prestações de Serviços	2 811 955	2 702 802	109 153	4,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 887 243	-1 808 723	-78 520	-4,3%
Gastos com o pessoal	-838 609	-793 539	-45 070	-5,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 390	-20 137	30 527	151,6%
Outros Rendimentos e Ganhos	33 428	41 589	-8 161	-19,6%
Outros Gastos e Perdas	-41 722	-30 732	-10 990	-35,8%
<b>Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>	<b>88 199</b>	<b>91 260</b>	<b>-3 061</b>	<b>-3,4%</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-28 367	-31 642	3 275	10,4%
<b>Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)</b>	<b>59 832</b>	<b>59 618</b>	<b>214</b>	<b>0,4%</b>
Juros e Gastos Similares Suportados	-9 532	-12 883	3 351	26,0%
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>50 300</b>	<b>46 735</b>	<b>3 565</b>	<b>7,8%</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	-14 909	-19 165	4 256	22,2%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>35 391</b>	<b>27 570</b>	<b>7 821</b>	<b>28,4%</b>



# SAROS

## Sumário Executivo

Em 2024 a Saros manteve as atividades de mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP e obteve um Resultado Líquido de 371,3 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 14,7% face ao ano anterior.

## Atividade em 2024

Tendo presente a missão atribuída à empresa, que consiste na mediação das apólices de seguro das empresas que integram o Grupo CP, no decorrer do ano de 2024, a Saros desenvolveu um conjunto de atividades, as quais se centraram essencialmente nos seguintes pilares:

- Auxílio às empresas na contratação de seguros, designadamente no que se refere à elaboração e revisão das peças concursais (programas de concurso, cadernos de encargos e outros), prestando todos os esclarecimentos técnicos necessários;
- Prestação de apoio técnico permanente e assessoria para esclarecimento de questões diversas sobre as apólices vigentes (coberturas / sinistros / indemnizações / entre outros);
- Gestão das apólices de seguro dos quais a Saros é mediadora. Importa referir que a intervenção da Saros não se esgota com a celebração dos contratos de seguro, pois a sua intervenção envolve também a prestação de assistência ao longo do período de vigência dos referidos contratos;
- Apoio na análise de risco e procura de soluções de produtos que melhor respondam às necessidades e especificidades das empresas.

## Recursos Humanos

No ano de 2024 a atividade operacional foi assegurada apenas pela Gerência, não tendo a empresa outros trabalhadores ao seu serviço.

## Proveitos

Em 2024 o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 485 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 15,8% face ao registado em 2023.

No que se refere à distribuição das comissões auferidas por ramo de seguros, a "Saúde" e os "Acidentes de Trabalho" foram os mais expressivos, representando, conjuntamente, 88% do total das comissões auferidas no ano de reporte.

Ramos (Valores em Milhares de Euros)	2024	2023	Δ 24-23	Δ %
Acidentes de Trabalho	188,5	132,4	56,0	42,3%
Saúde	236,6	213,6	23,0	10,8%
Responsabilidade Civil	39,9	51,7	-11,8	-22,9%
Outros	20,1	21,1	-1,1	-5,0%
<b>TOTAL</b>	<b>485,0</b>	<b>418,9</b>	<b>66,1</b>	<b>15,8%</b>

## Resultados

No exercício de 2024 a Saros obteve um Resultado Líquido de 371,3 milhares de euros, o que representou uma melhoria de 14,7% face ao valor apurado no ano anterior.

Esta evolução é justificada, essencialmente, pelo acréscimo do volume de negócios, que registou uma variação positiva de 66,1 milhares de euros face ao ano anterior e pela melhoria do resultado financeiro, decorrente dos rendimentos obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria, que foi sendo efetuada no decorrer no ano de 2024, em exclusivo no IGCP, em CEDIC.

Os Outros Rendimentos referem-se aos excessos de estimativa de imposto reconhecidos numa base individual face aos apurados no âmbito dos resultados fiscais do Grupo CP.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em euros)	2024	2023	Δ 24-23	Δ %
Vendas e serviços prestados	484 987	418 873	66 114	15,8%
Fornecimentos e serviços externos	-17 771	-13 747	-4 024	-29,3%
Gastos com o pessoal	-57 780	-56 814	-966	-1,7%
Outros rendimentos	53 970	57 794	-3 823	-6,6%
Outros gastos	-10 480	-9 170	-1310	-14,3%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>452 927</b>	<b>396 938</b>	<b>55 991</b>	<b>14,1%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 889	-2 889	0	0,0%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>450 038</b>	<b>394 047</b>	<b>55 991</b>	<b>14,2%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	13 301	6 790	6 511	95,9%
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	s/s
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>463 339</b>	<b>400 837</b>	<b>62 502</b>	<b>15,6%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-92 026	-77 100	-14 926	-19,4%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>371 313</b>	<b>323 737</b>	<b>47 576</b>	<b>14,7%</b>

# **5.**

# **Análise Económico- Financeira**



# Resultados

## Resultado Líquido do Grupo

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2024/2023	
	REAL 31/12/2024	REAL 31/12/2023	Valor	%
Vendas e serviços prestados	305 817	270 622	35 195	13%
Vendas e serviços prestados - Passageiros	281 009	248 158	32 851	13%
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	17 014	14 937	2 077	14%
Vendas e serviços prestados - Outros	7 794	7 527	267	4%
Subsídios à exploração	105 186	157 885	-52 699	-33%
Variação nos inventários da produção	1 045	1 745	-700	-40%
Trabalhos para a própria entidade	16 018	15 910	108	1%
Outros rendimentos	25 452	24 307	1145	5%
	<b>453 518</b>	<b>470 488</b>	<b>-16 971</b>	<b>-4%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-33 691	-35 278	1587	4%
Fornecimentos e serviços externos	-168 284	-146 782	-21 502	-15%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-173 718	-159 589	-14 129	-9%
Outros gastos	-8 361	-10 770	2 409	22%
	<b>-384 054</b>	<b>-352 419</b>	<b>-31 635</b>	<b>-8%</b>
<b>Resultado operacional das atividades core do Grupo* (EBITDA)</b>	<b>69 464</b>	<b>118 050</b>	<b>-48 586</b>	<b>-41%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-50 697	-53 426	2 729	5%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 405	111	1 294	1166%
Indemnizações por rescisão	-65	-279	214	77%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conju	1 974	1 537	437	28%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-1 819	-2 068	249	12%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-261	261	-522	-200%
Provisões (aumentos/reduções)	-3 350	-261	-3 089	-1184%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	461	-1 990	2 451	123%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	728	-2 679	3 407	127%
Outros rendimentos (não core)	7	55	-48	-87%
Outros gastos (não core)	-709	-1 952	1 243	64%
<b>Resultado operacional</b>	<b>17 138</b>	<b>57 358</b>	<b>-40 221</b>	<b>-70%</b>
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0	s/s
Juros e rendimentos similares obtidos	145	50	95	190%
Juros e gastos similares suportados	-16 798	-51 135	34 337	67%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-16 653</b>	<b>-51 085</b>	<b>34 432</b>	<b>67%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>485</b>	<b>6 274</b>	<b>-5 789</b>	<b>-92%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	1 444	-2 943	-4 387	-149%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 929</b>	<b>3 331</b>	<b>-1 402</b>	<b>-42%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades core do grupo.

O Grupo CP encerrou o exercício de 2024 com um Resultado Líquido de 1,9 milhões de euros, o que representou uma diminuição de cerca de 1,4 milhões de euros face ao ano anterior (-42%).

Esta evolução face ao ano anterior é justificada, essencialmente, pela diminuição das compensações financeiras atribuídas pelas obrigações de serviço público e pelo acréscimo dos Gastos Operacionais, ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos Rendimentos das Prestações de Serviços e pela melhoria do Resultado Financeiro.

## Resultado Operacional das Atividades Core (EBITDA)

O EBITDA recorrente das atividades core do Grupo foi, em 2024, de 69,5 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 48,6 milhões de euros face ao ano anterior.

Elencam-se de seguida as principais variações registadas:

- Aumento dos *Serviços Prestados*, em cerca de 35,2 milhões de euros, destacando-se o acréscimo dos rendimentos associados aos serviços de transporte de passageiros (+32,9 milhões de euros);
- Variação negativa dos *Subsídios à Exploração*, em 52,7 milhões de euros, decorrente, designadamente de, em 2023, terem sido reconhecidos os montantes relativos à reconciliação das compensações e reequilíbrio do contrato de obrigações de serviço público respeitantes ao ano de 2021 (58,1 milhões de euros) e à reconciliação das compensações referente ao ano de 2022 (7,1 milhões de euros). A compensação financeira pelas obrigações de serviço público prestadas em 2024, apurada pela aplicação da fórmula de cálculo prevista no contrato celebrado entre o Estado e a CP, ascendeu a 105,1 milhões de euros, mais 12,4 milhões de euros que o valor apurado para o ano de 2023<sup>1</sup>;
- Aumento dos *Outros Rendimentos*, em cerca de 1,1 milhões de euros, de onde se destaca o acréscimo dos *Rendimentos Suplementares* no valor de 2,7 milhões de euros, em resultado essencialmente, da faturação à Infraestruturas de Portugal do custo suportado com o transbordo rodoviário ao abrigo do protocolo que regula os procedimentos de condicionamento da circulação ferroviária por intervenções efetuadas na via, e a diminuição, na ordem dos 2,6 milhões de euros, da rubrica de *Rendimentos de Exercícios Anteriores*, relacionada com os acertos das compensações relativas ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART);
- Redução do *Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas*, em 1,6 milhões de euros, que se deveu, fundamentalmente, à diminuição de gastos com o consumo de matérias-primas destinadas à atividade de manutenção e reparação, em cerca de 1,5 milhões de euros, e à diminuição dos gastos com o combustível, na ordem dos 0,6 milhões de euros;
- Aumento dos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, em cerca de 21,5 milhões de euros, com especial destaque para a taxa de utilização da infraestrutura, que registou um acréscimo na ordem dos 14 milhões de euros;
- Aumento dos *Gastos com Pessoal (sem Indemnizações)*, em cerca de 14,1 milhões de euros, justificado, essencialmente, pelo aumento do efetivo médio e pelo acréscimo retributivo dos trabalhadores, na sequência das valorizações remuneratórias e dos acordos firmados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores;
- Diminuição dos *Outros Gastos*, na ordem dos 2,4 milhões de euros, decorrente, designadamente, do decréscimo dos *Gastos de Exercícios Anteriores*, em cerca de 2 milhões de euros, em virtude de, em 2023, terem sido registadas despesas de eletricidade relativas ao período compreendido entre julho e outubro de 2022.

## Resultado Operacional

O Resultado Operacional do Grupo CP em 2024 situou-se nos 17,1 milhões de euros, o que representou uma variação desfavorável de 40,2 milhões de euros face ao registado no ano

---

<sup>1</sup> Os valores apurados a título de compensação financeira pelas obrigações de serviço público prestadas em 2023 foram validados em 2025. Os referentes a 2024 aguardam ainda a validação pelo IMT, enquanto gestor do Contrato de Obrigações de Serviço Público.

anterior. Salientam-se as seguintes variações mais significativas, para além das já mencionadas para o EBITDA:

- Diminuição dos *Gastos de Depreciação e de Amortização*, em 2,7 milhões de euros;
- Variação negativa das *Provisões* no montante de cerca de 3,1 milhões de euros, destacando-se o aumento dos gastos relacionados com acidentes de trabalho e doenças profissionais, na ordem dos 1,2 milhões de euros;
- Variação positiva na rubrica de *Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis / Amortizáveis (Perdas / Reversões)*, em 1,3 milhões de euros, em função do registo da reversão de perdas por imparidade na sequência da recuperação e reposição ao serviço de material circulante;
- Variação positiva na rubrica de *Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis / Amortizáveis (Perdas / Reversões)*, em cerca de 2,5 milhões de euros, devido ao registo em 2023, de imparidade no montante de 2 milhões de euros relacionada com a participação financeira no Centro de Competências Ferroviário;
- Variação positiva nas *Diferenças de Câmbio*, no valor de 3,4 milhões de euros, decorrente, designadamente, das diferenças cambiais resultantes da avaliação das ações subscritas e não realizadas na EUROFIMA;
- Diminuição dos *Outros Gastos (Não Core)*, em 1,2 milhões de euros, em resultado do abate em 2023 de equipamentos descontinuados, inoperacionais e sem condições de reparação.

## Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro do Grupo CP em 2024 foi negativo em 16,7 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior em cerca de 34,4 milhões de euros.

Esta evolução é explicada, essencialmente, pela diminuição da dívida remunerada.

Recorda-se que o Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, determinou a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do Capital Estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

O aumento de capital realizado em numerário em 2023 foi parcialmente utilizado para proceder à recompra de obrigações da CP, numa operação com um valor total de 52,9 milhões de euros, incluindo amortização de dívida no montante de 44,5 milhões de euros e encargos na ordem dos 6,4 milhões de euros. Esta operação teve continuidade em 2024 quando, em março, foi concretizada operação idêntica no valor de 50,2 milhões de euros, acrescida de 7,2 milhões de euros de encargos.

Em julho procedeu-se igualmente à amortização da totalidade do empréstimo de 50 milhões de euros junto da Eurofima.

Estes factos permitiram uma diminuição da dívida remunerada que consequentemente resultou no decréscimo dos gastos com a dívida e que justificam a variação positiva registada no Resultado Financeiro do Grupo no período em análise.

# Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2024/2023	
	31-12-2024	31-12-2023	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	363 087	383 865	-20 778	-5%
Ativo Corrente	304 571	356 364	-51 793	-15%
<b>Total do Ativo</b>	<b>667 658</b>	<b>740 229</b>	<b>-72 571</b>	<b>-10%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Capital Próprio que inclui:	228 970	226 759	2 211	1%
Resultado Líquido do período	1929	3 331	-1 402	-42%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>228 970</b>	<b>226 759</b>	<b>2 211</b>	<b>1%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	125 251	172 958	-47 707	-28%
Passivo Corrente	313 437	340 512	-27 075	-8%
<b>Total do Passivo</b>	<b>438 688</b>	<b>513 470</b>	<b>-74 782</b>	<b>-15%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>667 658</b>	<b>740 229</b>	<b>-72 571</b>	<b>-10%</b>

## Ativo

Em 2024, o Ativo do Grupo CP diminuiu em cerca de 72,6 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos Ativos Fixos Tangíveis, em 21,9 milhões de euros, pelo facto de as depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis afetas à empresa não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- Aumento na rubrica de Participações Financeiras registadas através do método de equivalência patrimonial, em 1,2 milhões de euros;
- Diminuição do saldo do Estado e Outros Entes Públicos em 4,5 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, do decréscimo dos valores de IVA a Recuperar;
- Diminuição do saldo de Diferimentos, em cerca de 1,9 milhões de euros, relativo nomeadamente a contratos relacionados com serviços informáticos;
- Diminuição do saldo de Clientes no montante 5,3 milhões de euros em resultado dos recebimentos que ocorreram no primeiro trimestre de 2024;
- Aumento do saldo de Outros Créditos a Receber, no montante de 44,6 milhões de euros, com especial enfoque nas seguintes variações:

- (i) Rubrica de *Devedores Por Acréscimos de Rendimentos*, pelo registo dos acertos à compensação financeira pelo cumprimento das obrigações de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, relativas ao ano de 2024 e Passe Ferroviário Verde; e pelo
- (ii) Valor dos Passes Comparticipados nas regiões de Lisboa e Porto e no Serviço Regional.
- Aumento do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários*, em 41,7 milhões de euros;
- Diminuição do saldo de *Capital Subscrito e Não Realizado*, em 126,3 milhões de euros, que corresponde à realização do remanescente do aumento de capital aprovado em 2023. Na sequência do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, foi determinada a atribuição à CP das devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário realizado em espécie, por conversão de créditos detidos pelo Estado, através da DGTF e em numerário, a realizar parcialmente em 2023 (30%) e o restante em 2024.

## Capital

Em 2024, não foram realizadas quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital da empresa pelo Estado Português.

As variações registadas no capital próprio do Grupo no ano de 2024 resultaram dos seguintes movimentos:

- Reforço da *Reserva Legal* no montante de 0,178 milhões de euros, relativo às contas do exercício de 2023;
- Transferência para *Resultados Transitados do Resultado Líquido* da CP de 2023, deduzido do montante do reforço da reserva legal, no valor de 3,153 milhões de euros.

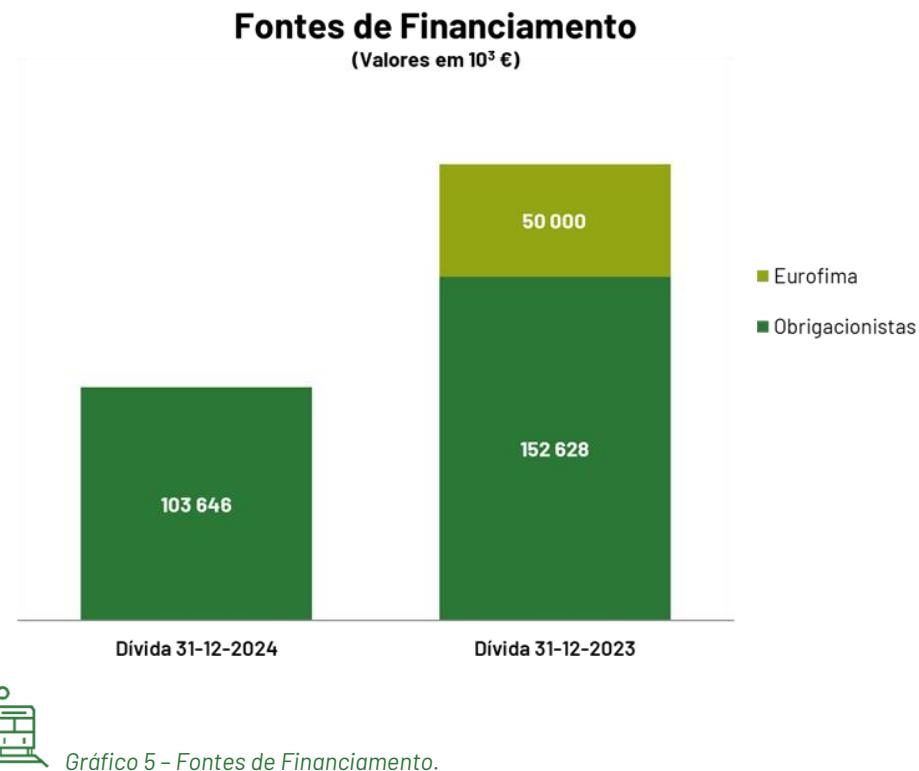
## Passivo

O Passivo do Grupo CP registou em 2024 uma diminuição de 74,8 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição do saldo de *Financiamentos Obtidos*, em cerca de 99 milhões de euros, justificado pela operação de recompra de obrigações da CP e pelo pagamento da totalidade do empréstimo de 50 milhões de euros da EUROFIMA;
- Diminuição do saldo em dívida ao *Estado e Outros Entes Públicos*, em 2,6 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da variação ocorrida na estimativa de *Imposto a Pagar*;
- Diminuição do saldo de *Fornecedores* na ordem dos 5 milhões de euros. Esta variação ficou a dever-se basicamente ao pagamento em 2024 de faturas emitidas em 2023, respeitantes a eletricidade para tração;
- Aumento do saldo de *Outras Dívidas a Pagar*, em 7,1 milhões de euros. Esta variação ficou a dever-se ao efeito conjugado do aumento de *Outros Credores* (+41,5 milhões de euros) e redução dos *Credores por Acréscimo de Gastos* (-34,4 milhões de euros) em resultado do processo de acerto das compensações financeiras relacionadas com o contrato de serviço público para o ano de 2023.

## Dívida Remunerada

A 31 de dezembro de 2024 a dívida financeira do Grupo situava-se em 103,6 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de 99 milhões de euros face ao final do ano anterior.



## Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Grupo CP tem procurado assegurar o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centralizando o máximo de serviços no IGCP.

No entanto, dadas as especificidades inerentes às suas atividades, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao seu funcionamento serem prestados pelo IGCP.

Nesse contexto, dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido a dispensa do seu cumprimento para alguns serviços não fornecidos pelo IGCP, tendo ficado autorizada para esse efeito para os anos de 2024 e 2025 (informação nº 0738/2024 do IGCP).

Ficam excecionados do cumprimento da UTE, para o referido biénio, os serviços de recolha, transporte e contagem de receitas e o fornecimento de trocos, contratualizados pela CP com uma empresa de transportes de valores, os quais devem ser semanalmente transferidos para contas da CP no IGCP. São ainda excluídos as garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, a custódia de títulos que não sejam de dívida pública, p.e títulos de

participadas, os contratos de leasing e factoring celebrados com a banca comercial, os empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo, nas datas previstas para o efeito), o Cartão de Refeição para pagamento do subsídio de alimentação aos colaboradores, e a compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades.

Ficou também ressalvado para o ano de 2024, que os valores arrecadados via SPG da SIBS, deverão ser transferidos semanalmente para contas na tesouraria do Estado e que, a partir de 2025, estes valores deverão passar a ser creditados diretamente em contas bancárias da CP domiciliadas no IGCP. Os restantes valores deverão ser movimentados pela CP através de contas no IGCP, utilizando os serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

O Grupo CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial.

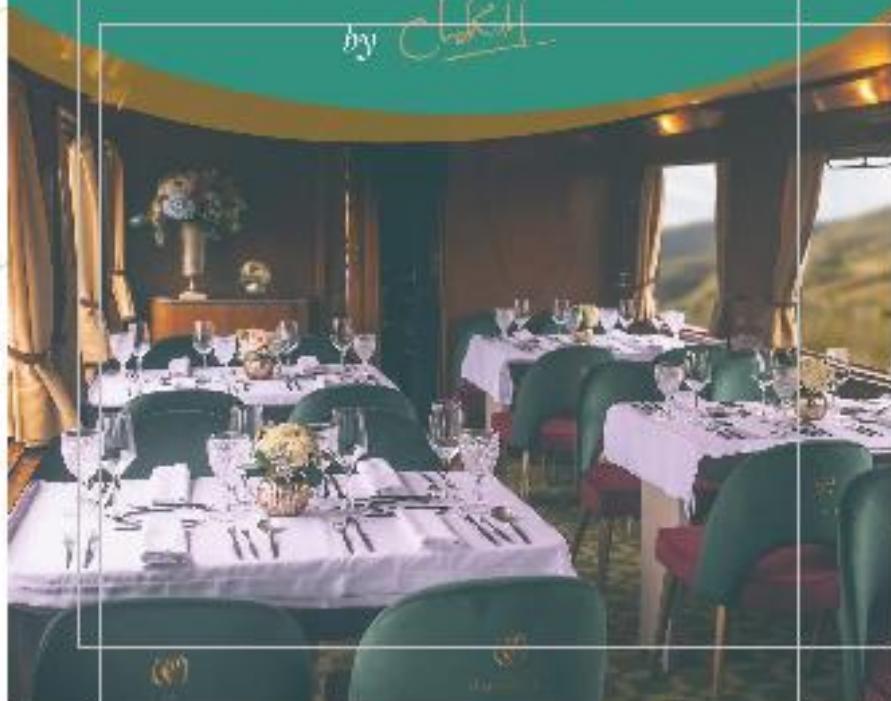
Assim, considera-se que está assegurada a conformidade com a legislação aplicável nesta matéria.



# 6. Perspetivas para 2025

COMBOIO  
PRESIDENCIAL

by *Cheli*



## CP

Para 2025, num cenário de ligeiro acréscimo da atividade económica, perspetiva-se a continuação do crescimento da procura, impulsionado, nomeadamente, pela implementação do Passe Ferroviário Verde.

Por via das intervenções planeadas na infraestrutura com conclusão prevista para 2025, prevê-se a reformulação dos modelos produtivos das linhas do Algarve e do Oeste e a retoma dos serviços na Linha da Beira Alta.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para serviço regional (12 automotoras bimodo e 10 automotoras elétricas), perspetivando-se o início das entregas das unidades em 2025.

O concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos de Lisboa e do Porto e Serviço Regional, foi adjudicado no final de 2023 e objeto de impugnação pelos concorrentes preteridos. Aguarda-se decisão judicial para levantamento dos efeitos suspensivos da impugnação. Prevê-se que o contrato seja assinado e objeto de visto do Tribunal de Contas no decurso de 2025.

Perspetiva-se ainda, o lançamento, em 2025, do processo de aquisição de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade.

Ao nível dos equipamentos comerciais, dar-se-á continuidade aos processos de substituição de Máquinas Automáticas de Venda e de Validadores.

Ao nível dos recursos humanos, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

Em termos financeiros, a empresa deverá continuar a apresentar uma situação equilibrada e sustentável. Pressupõe-se que será assegurado o financiamento total a fundo perdido das aquisições de material circulante para os serviços objeto de obrigações de serviço público e que será dada continuidade ao processo de atualização dos anexos do Contrato de Obrigações de Serviço Público e dos respetivos valores de compensações financeiras.

## FERNAVE

Tendo em conta as perspetivas de criação de novos postos de trabalho e a aposta na manutenção, reabilitação e/ou construção de infraestruturas em resultado do PNI 2030, a FERNAVE espera melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

Em 2024 a FERNAVE iniciou projetos estruturantes no mercado ferroviário de Angola que se prolongam para 2025, proporcionando assim uma relação negocial duradoura e com perspetivas de crescimento.

## ECOSAÚDE

O enfoque da ECOSAÚDE no ano de 2025 será na manutenção de uma capacidade instalada qualificada e na procura da eficiência operacional da mesma, que resulte na manutenção de uma rentabilidade adequada e na satisfação dos Clientes.

O ano de 2025 continuará a caracterizar-se pela contínua pressão de crescimento dos custos da mão-de-obra (médica, enfermagem e técnica na área da segurança no trabalho), decorrente da grande escassez de pessoal especializado e que dificilmente poderá ser repercutida nos contratos dos clientes.

Em 2024 foram renegociados os contratos de arrendamento dos dois principais polos da empresa (Lisboa e Porto), com valores crescentes nos primeiros três anos. Por este motivo, os gastos com arrendamento de instalações irão crescer significativamente no ano de 2025.

## SAROS

O objetivo global definido pela SAROS para 2025 será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a empresa poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

## SIMEF

A atividade operacional do SIMEF em 2025 será intensa, particularmente na manutenção pesada, devido à necessidade da realização de 13 grandes reparações tipo R e da reparação da locomotiva 5613 da CP. No que respeita à manutenção ligeira, o quantitativo de intervenções planeadas está ligeiramente acima do realizado em 2024.

Ao nível da utilização das frotas pelos Clientes, perspetiva-se a manutenção dos níveis registados no segundo semestre de 2024, i.e., superior em cerca de 8%, relativamente à referência contratual, no caso do Cliente CP e cerca de 10% inferior à referência contratual do Cliente Medway.

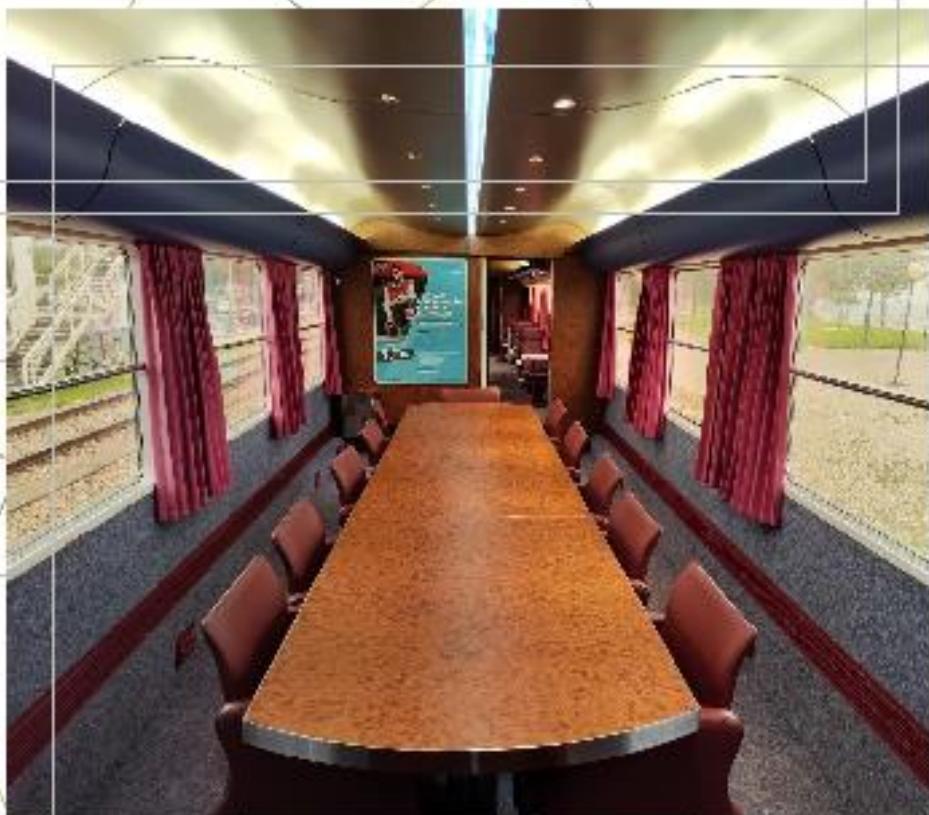
Prosseguirão em 2025 os trabalhos de instalação do Sistema CBTC em unidades do Metropolitano de Lisboa, por subcontratação do Cliente Siemens.

Em matéria de pessoal prevêem-se medidas para assegurar a satisfação e a retenção do capital humano, nomeadamente através de ajustes salariais, minimizando assim o impacto da taxa de inflação.

Em termos de Inovação e Desenvolvimento, prevê-se dar continuidade ao projeto de digitalização, que se encontra em curso, de forma a aumentar a eficiência dos processos e qualidade do serviço de manutenção realizado.

# 7.

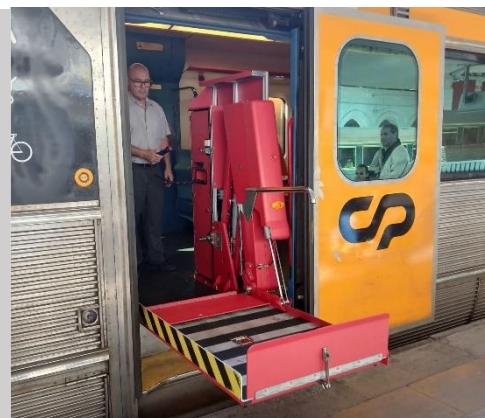
# Recomendações do Acionista



## **Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2023**

As Contas de 2016 a 2021 foram aprovadas pelas Tutelas Financeira e Sectorial em 25 de março de 2024, sem recomendações.

As Contas de 2022 e 2023 aguardam aprovação pela Tutela.



# 8. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício



## Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Após a data de balanço destacam-se os seguintes acontecimentos:

- A CP foi resarcida em março de 2025 dos valores do acerto de reequilíbrio do contrato pela compensação financeira das OSP de 2021, e do acerto de reconciliação das OSP de 2022, valores reconhecidos nas contas de 2023.
- Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2025, de 19 de fevereiro, foram nomeados os membros do novo Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal, E. P. E.
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2025, de 24 de janeiro, foi alterada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2020, de 12 de junho, determinando o valor máximo da compensação financeira a atribuir à CP — Comboios de Portugal, E. P. E., pela criação do «Passe Ferroviário Verde», nos anos de 2024 e 2025.

Não temos conhecimento de qualquer outra situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.



Lisboa, 17 de julho de 2025

**O Conselho de Administração**

**Presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

**Vice-presidente:** Sara Maria Pereira do Nascimento

**Vogal:** Ana Maria Vicente da Silva Horta

**Vogal:** Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

**Vogal:** João António Gomes Claro



# 9.

# Demonstrações Financeiras



**FESTA das  
VINDIMAS  
do DOURO**

Participe numa tradição  
intemporal, numaviagem  
inesquecível rumo a uma  
região singular.

**Domingos:**  
**8 e 22 setembro**

**Porto (Campanhã) – Pinhão**  
Transfer de autocarro até à Quinta da Avessada, Favaíos

\* Inclui programa de turismo, partida para o vinhedo e degustação de vinhos.  
www.cm-pinhal.pt

**Preço por Adulto\***  
**83€**  
O preço por Adulto é de 45,00€

**CP**  
COMBÓIOS DE PORTUGAL

<b>Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>Valores em Euros</b>		
<b>RUBRICAS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>PERIODOS</b>		
		<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>	
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo Não Corrente</b>				
Ativos Fixos Tangíveis	6	320 677 868	342 594 700	
Ativos Intangíveis	7	1 294 147	377 275	
Direitos de uso de ativos (IFRS 16)	8	8 845 598	9 866 976	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	4 160 748	2 936 158	
Outros investimentos financeiros	10	28 109 098	28 089 602	
		<b>363 087 459</b>	<b>383 864 711</b>	
<b>Ativo Corrente</b>				
Inventários	12	43 725 789	43 764 506	
Clientes	13	9 178 109	14 450 928	
Estado e Outros Entes Públicos	14	7 465 808	11 991 073	
Capital subscrito e não realizado	18	-	126 307 574	
Outros créditos a receber	15	82 291 177	37 690 763	
Diferimentos	16	1 264 382	3 176 989	
Ativos não correntes detidos para venda	17	2 016 478	2 051 678	
Caixa e depósitos bancários	4	158 629 534	116 930 564	
		<b>304 571 277</b>	<b>356 364 075</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>667 658 736</b>	<b>740 228 786</b>	
<b>Capitais Próprios e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>				
Capital subscrito	18	212 635 680	212 635 680	
Reservas Legais	19	202 297	24 703	
Outras Reservas	20	1 306 650	1 306 650	
Resultados Transitados	21	12 763 134	9 327 920	
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	22	132 640	132 640	
Resultado Líquido do período		1 929 101	3 331 028	
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>228 969 502</b>	<b>226 758 621</b>	
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo Não Corrente</b>				
Provisões	23	13 827 887	12 140 847	
Financiamentos Obtidos	24	103 646 380	152 627 895	
Passivos de locação (IFRS 16)	8	7 776 937	8 189 715	
		<b>125 251 204</b>	<b>172 958 457</b>	
<b>Passivo Corrente</b>				
Fornecedores	26	10 040 324	15 037 882	
Estado e Outros Entes Públicos	14	590 094	3 164 074	
Financiamentos Obtidos	24	-	50 000 000	
Passivos de locação (IFRS 16)	8	1 545 655	1 751 110	
Outras dívidas a pagar	25	141 119 807	134 055 556	
Diferimentos	16	160 142 150	136 503 086	
		<b>313 438 030</b>	<b>340 511 708</b>	
<b>Total do passivo</b>		<b>438 689 234</b>	<b>513 470 165</b>	
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>667 658 736</b>	<b>740 228 786</b>	

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.<sup>o</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.<sup>a</sup> Sara Maria Pereira Nascimento

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

Vogal - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Vicente da Silva Horta

Vogal - Dr. João António Gomes Claro

**Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral****Período findo em 31 de dezembro de 2024**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>NOTAS</b>	<b>Valores em Euros</b>	
		<b>PERIODOS</b>	<b>2024</b>
Vendas e serviços prestados	27	305 817 590	270 622 461
Subsídios à exploração	28	105 186 296	157 884 853
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	29	1973 594	1537 420
Variação nos inventários da produção	30	1044 758	1745 457
Trabalhos para a própria entidade	31	16 017 662	15 909 557
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	( 33 691 006)	( 35 278 014)
Fornecimentos e serviços externos	33	( 168 283 770)	( 146 781 953)
Gastos com o pessoal	34	( 173 783 041)	( 159 867 863)
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	12	( 1818 890)	( 2 068 445)
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	13/15	( 261 434)	261 025
Provisões(aumentos/reduções)	23	( 3 349 997)	( 261 446)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis(perdas/reversões)	35	460 684	( 1989 758)
Outros rendimentos	36	28 614 165	25 894 913
Outros gastos	37	( 11 496 317)	( 16 933 708)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>66 430 294</b>	<b>110 674 499</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	38	( 50 697 191)	( 53 426 164)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis(perdas/reversões)	39	1404 722	111 045
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>17 137 825</b>	<b>57 359 380</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	40	144 950	49 527
Juros e gastos similares suportados	41	( 16 798 006)	( 51 134 842)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>484 769</b>	<b>6 274 065</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11	1444 332	( 2 943 037)
<b>Resultados Líquido do Período</b>		<b>1929 101</b>	<b>3 331 028</b>
Outras operações no capital		281 780	49 811
<b>Resultado integral do período</b>		<b>2 210 881</b>	<b>3 380 839</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Elisabete BettencourtPresidente - Eng.<sup>r</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraVice-Presidente - Dr.<sup>r</sup> Sara Maria Pereira NascimentoVogal - Dr.<sup>r</sup> Ana Filipa Mendes Pintado RibeiroVogal - Dr.<sup>r</sup> Ana Maria Vicente da Silva Horta

Vogal - Dr. João António Gomes Claro

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2023  
(valores em euros)

NOTAS	DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitórios	Excedentes de revalorização	
						Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	
1	Posição no início do período de 2023	3 959 499 351	24 703	1 306 050	(5 937 057 128)	-	9 183 233
	Alterações no período	-	-	-	-	-	-
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-
5	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-
	Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-
	Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-
	Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
22	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	100 590 412	-	(91 357 368)	(9 183 233)
2	-	-	-	100 590 412	-	(91 357 368)	(9 183 233)
3	Resultado líquido do período	-	-	-	-	3 331 028	3 331 028
4 = 2 + 3	Resultado integral	-	-	100 590 412	(5 852 205)	3 380 839	3 380 839
	Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-
	Realizações de capital	2 089 740 965	-	-	-	-	2 089 740 965
	Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-
	Distribuições	-	-	-	-	-	-
	Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-
	Outras operações	(5 846 594 636)	-	-	5 846 594 636	-	-
5	Posição no final do período de 2023	(3 746 653 671)	-	-	5 846 594 636	-	2 089 740 965
6 = 1+2+3+5		212 635 680	24 703	1 306 050	9 327 920	-	226 758 621

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr. Elisabete Bettencourt

Presidente - Engº Pedro Miguel Sousa Pereira Guerreiro Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Sora Maria Pereira Nascimento

Vogal - Dr.ª Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta

Vogal - Dr. João António Gomes Ciaro

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							
Descrição	NOTAS	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitivos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	
						Total do Capital Próprio	
Posição no início do período de 2024	1	18 a 22	212 635 680	24 703	1306 650	9 327 920	-
Alterações no período		-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	5	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-
Excedentes da revalorização		-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	22	-	177 594	-	3 435 214	-	(3 331 028)
2	-	177 594	-	3 435 214	-	-	(3 331 028)
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	-	1 929 101
Resultado integral	4 = 2 + 3	-	-	3 435 214	-	(1 401 927)	2 210 881
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
Posição no final do período de 2024	5	-	-	-	-	-	1 929 101
		6 = 1+2+3+5	212 635 680	202 287	1306 650	12 763 134	228 869 502
						132 640	228 869 502

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilidade Certificada - Dr. Elisabete Bettencourt

Presidente - Engº Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr. Sara Maria Pereira Nascimento

Vogal - Dr. Ana Filipa Mendes Martins Pintado Ribeiro

Vogal - Dr. Ana Maria Vicente de Silveira Horta

Vogal - Dr. João António Gomes Claro

**Demonstração consolidada de fluxos de caixa****Período findo em 31 de dezembro de 2024****(valores em euros)**

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	410 505 313	477 252 649
Pagamentos a fornecedores	( 254 952 414)	( 236 420 775)
Pagamentos ao pessoal	( 165 873 680)	( 153 080 069)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>( 10 320 781)</b>	<b>87 751 805</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 929 287)	( 465 159)
Outros recebimentos/pagamentos	22 147 607	9 028 810
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>10 897 539</b>	<b>96 315 456</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	( 11 131 563)	( 27 275 621)
Ativos intangíveis	( 15 647)	( 45 065)
Investimentos financeiros	-	( 2 000 000)
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	-	-
Subsídios ao investimento	31 449 247	62 007 954
Juros e rendimentos similares	44 536	5 243
Dividendos	2 584 300	516 280
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>22 930 873</b>	<b>33 208 791</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	126 307 573	54 131 820
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	( 100 200 000)	( 94 899 835)
Juros e gastos similares	( 18 237 048)	( 22 124 485)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>7 870 525</b>	<b>( 62 892 500)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>41 698 937</b>	<b>66 631 747</b>
Efeito das diferenças de câmbio	33	1 290
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>116 930 564</b>	<b>50 297 527</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>158 629 534</b>	<b>116 930 564</b>

Para ser lido em conjunto com as notas anexas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Drº Elisabete Bettencourt

Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Vice-Presidente - Dr.ª Sara Maria Pereira Nascimento

Vogal - Dr.ª Ana Filipa Mendes Pintado Ribeiro

Vogal - Dr.ª Ana Maria Vicente da Silva Horta

Vogal - Dr. João António Gomes Claro

# **10. Anexos às Demonstrações Financeiras**



# Identificação da Entidade e Notas de Operacionalidade (nota 1)

## Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei nº 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro<sup>2</sup>, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- A prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- O fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*.

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2024, as seguintes atividades:

- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento de competências, recrutamento e avaliação psicológica, consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes (Fernave, S.A.);
- Prestação de serviços de medicina e de segurança e higiene no trabalho (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);

---

<sup>2</sup> A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

- Desenvolvimento de engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas (NOMAD TECH, Lda);
- De referir ainda a participação de 6,92% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está prevista nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro 2022 e 2023, aguardam nesta data a aprovação pela Tutela.

## **Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)**

### **Referencial Contabilístico**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de julho de 2025, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2024 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023.

## **Derrogações às IFRS**

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

## **Valores Comparativos**

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

## **Principais Políticas Contabilísticas (nota 3)**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

### **Bases de Mensuração**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de Valor, Principais Pressupostos Relativos ao Futuro, e Principais Fontes de Incerteza das Estimativas, constantes desta nota.

## Consolidação

### Introdução

A CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela EU emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024. Estas demonstrações expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

## O Grupo e a Empresa

### Considerações Gerais

Ao longo do ano 2024 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade, que procuram criar sinergias positivas à sua atividade.

## A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

## Empresas Participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2024 caracterizam-se como segue:

## Subsidiárias

### **SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.**

Participação CP - 100%

Capital - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

### **FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Tendo iniciado a sua atividade em 1992, tem por objeto a prestação de serviços nos domínios da formação e desenvolvimento de competências, do recrutamento e avaliação psicológica, da consultoria empresarial e recursos humanos dos sistemas de transportes.

### **ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem como principal atividade a prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

## Entidades Conjuntamente Controladas

### **SIMEF, A.C.E.**

Participação CP - 51%

Capital – não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

### **TIP, A.C.E – Transportes Intermodais do Porto**

Participação CP - 33,33%

Capital - 30.000 euros

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2002, tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

## Associadas

### NOMAD TECH, Lda.

Participação CP -35%

Capital – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

## Outras Participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

### TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 6,92%

Capital – 74.025.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário, a formação técnica, a investigação científica e consultoria, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática, em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

### Medway – Operador Ferroviário e Logístico de Mercadorias, S.A. (ex-CP Carga)

Participação CP – 3,73%

Capital – 162.865.885 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*. Em 31 dezembro de 2024, a CP ainda detém uma participação de 3,73%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

### **Metro do Porto, S.A.**

Participação CP – 0,005%

Capital – 639.270.452 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto.

### **Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.**

Participação CP – 10%

Capital – 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

### **Metro Mondego, S.A.**

Participação CP – 2,5%

Capital – 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

### **ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)**

Participação CP – 2,09%

Capital – 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

Entidade em processo de liquidação.

## **EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)**

Participação CP - 2%

Capital - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

## **BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)**

Participação CP - 1,37%

Capital – 109.500 euros

A sociedade tem objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

## **CCF – Associação Centro de Competências Ferroviário**

Participação – 35,34%

Capital – 11.320.000 euros

A associação sem fins lucrativos e que tem como objeto a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&DI) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas, com vista ao aumento da capacidade de I&DI e consequente aumento do emprego qualificado, melhoria da competitividade e crescimento do volume de negócios e das exportações das entidades envolvidas.

## **Método de Consolidação**

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

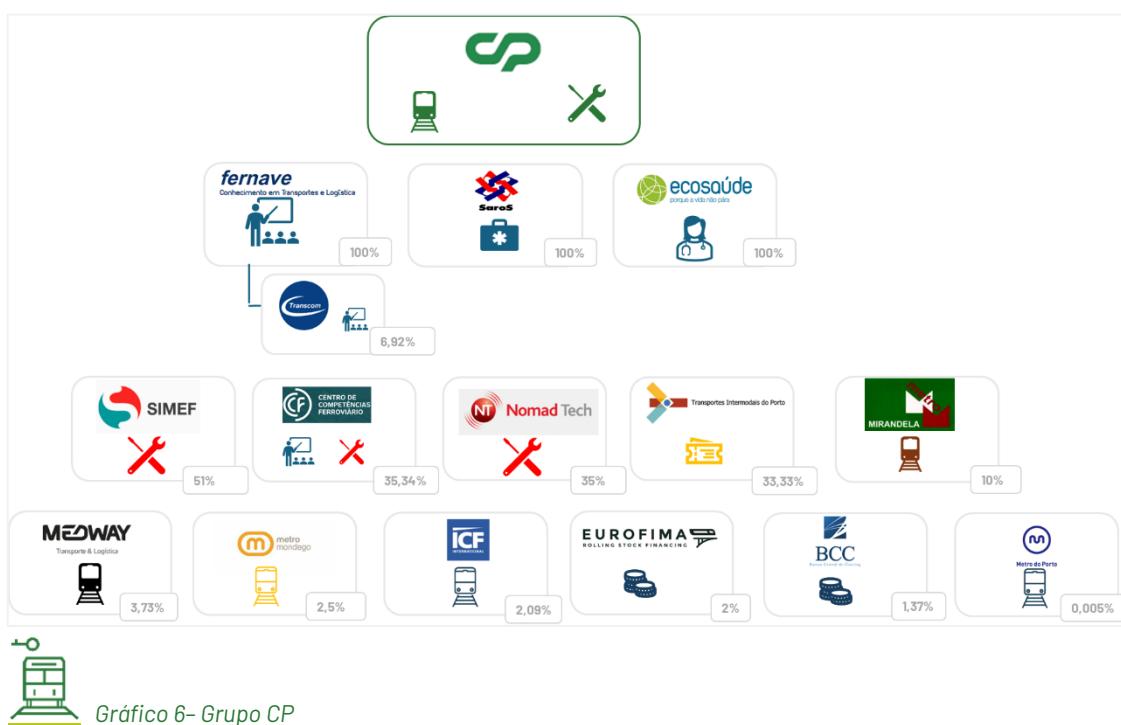
Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

## Perímetro de Consolidação



O capital da CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A (atual Medway - Operador Ferroviário de Mercadorias, S.A), foi alienado em 2016 à Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 dezembro de 2024 a CP detém ainda uma participação residual de 3,73%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a concretização da alienação total da participação (100%).

## Empresas Incluídas na Consolidação pelo Método de Consolidação Integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Sede Social</b>	<b>Detentores de Capital</b>	<b>% do capital detido</b>
SAROS, LDA.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100%

## Empresas Associadas Contabilizadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Sede Social</b>	<b>Detentores de Capital</b>	<b>% do capital</b>
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33%
SIMEF, ACE	Entroncamento	CP, E.P.E.	51%
NOMAD TECH, LDA.	Porto	CP, E.P.E.	35%

## Outras Participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

## Políticas Contabilísticas Relevantes

### Ativos Fixos Tangíveis

#### Reconhecimento e Valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS o Grupo CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas

contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## Despesas de Manutenção e Reparação

### Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

## Edifício e Instalações Fixas

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

## Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descriutivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotivas a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## Subsídios Governamentais

Os subsídios ao investimento recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos fixos tangíveis e intangíveis são classificados como Rendimentos diferidos e são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada dos respetivos ativos subsidiados.

Os subsídios que compensam o Grupo por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que os gastos e perdas são reconhecidos.

As compensações financeiras pelo cumprimento das obrigações definidas no contrato de serviço público são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos (e sempre após submissão da informação para o Gestor do Contrato), exceto se existirem fundadas dúvidas sobre a sua quantificação, ou o seu efetivo recebimento, situação em que, apenas são reconhecidas no período em que se tornam recebíveis, o que se verifica com a validação do gestor do contrato e publicação de diploma que autoriza a realização da despesa.

Estas compensações financeiras são saldadas através de pagamentos por conta realizados mensalmente (em duodécimos), a diferença entre estes pagamentos e o valor final a liquidar, caso seja desfavorável ao Grupo (a devolver ao Estado), é imediatamente reconhecida na demonstração de resultados, independentemente de aguardar a validação por parte do gestor do contrato.

## **Capitalização de Custos com Empréstimos e Outros Custos Diretamente Atribuíveis**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## **Imparidade de Material Circulante Afeto ao Transporte de Passageiros**

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Tendo em consideração a natureza do serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é

determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

## Reconhecimento de Imparidade nos Restantes Ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## Locações

O Grupo aplica os critérios de reconhecimento e contabilização das locações, previstos na IFRS 16 – Locações, procedendo do seguinte modo:

### Identificação de Locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período, o Grupo avalia, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

### Reconhecimento

O Grupo reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O direito de uso de um ativo é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O direito de uso de um ativo é depreciado por duodécimos utilizando o método das quotas contantes durante a sua vida útil estimada ou durante o período do contrato de locação, dos dois o mais baixo.

O direito de uso de um ativo é periodicamente sujeito a testes de imparidade sendo que eventuais perdas detetadas são registadas de imediato na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo remensurado quando se verificarem:

- (i) alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato;
- (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou
- (iii) caso o grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado, o direito de uso de um ativo é ajustado em igual montante, exceto se a quantia já escriturada do direito de uso se encontrar reduzida a zero, situação em que é registado um ganho na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

## Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

## Outros Ativos/Passivos Financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("trade date"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

### Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Esta categoria inclui:

- (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e
- (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

### Ativos Financeiros Detidos Até à Maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

## Empréstimos e Contas a Receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

## Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo, contudo, efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

## Mensuração Subsequente dos Ativos/Passivos Financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IFRS 9: Instrumentos Financeiros.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivados que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- a) Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- b) Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- c) Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IFRS 9.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IFRS 9.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivados que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá ser mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IFRS 9.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

## Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

## Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

## Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários

deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

## Produtos e Trabalhos em Curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

## Produtos Acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

## Caixa e Equivalentes de Caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

## Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data da demonstração da posição financeira;

- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

## Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações em Descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

## Transações em Moeda Estrangeira

### Moeda Funcional e de Apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação do Grupo CP.

### Transações e Saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As taxas de câmbio em vigor, correspondem às divulgadas para a mesma data no site do Banco Portugal (<https://www.bportugal.pt/taxas-cambio>).

## Reconhecimento do Rédito

### Transporte de Passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados revertem para a entidade.

### Manutenção de Material Circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 – Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

### Restantes Áreas de Atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira quando o desfecho de uma transação possa ser

fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data da demonstração da posição financeira possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

## Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

## Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado;
- (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e
- (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos e Juros e Gastos Similares Suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## Imposto Sobre Lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados do Grupo CP.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar.

## Ativos e Passivos Contingentes

### Ativos Contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas às demonstrações financeiras quando é provável um influxo de benefícios económicos.

## Passivos Contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque
  - (i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - (ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas anexas às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de julho de 2025, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data da demonstração da posição financeira que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

## Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data da demonstração da posição financeira;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados;

- Reconhecimento do crédito - no reconhecimento do crédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;
- Perdas por imparidade - na determinação das perdas por imparidade de ativos, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/objetivo dos mesmos, considerando que tais critérios refletem a perda de valor;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

### CP

Para 2025, num cenário de ligeiro acréscimo da atividade económica, perspetiva-se a continuação do crescimento da procura, impulsionado, nomeadamente, pela implementação do Passe Ferroviário Verde.

Por via das intervenções planeadas na infraestrutura com conclusão prevista para 2025, prevê-se a reformulação dos modelos produtivos das linhas do Algarve e do Oeste e a retoma dos serviços na Linha da Beira Alta.

Ao nível do material circulante, encontra-se em execução o contrato relativo à aquisição de 22 automotoras para serviço regional (12 automotoras bimodo e 10 automotoras elétricas), perspetivando-se o início das entregas das unidades em 2025.

O concurso para a aquisição de 117 automotoras para os Serviços Urbanos de Lisboa e do Porto e Serviço Regional, foi adjudicado no final de 2023 e objeto de impugnação pelos concorrentes preteridos. Aguarda-se decisão judicial para levantamento dos efeitos suspensivos da impugnação. Prevê-se que o contrato seja assinado e objeto de visto do Tribunal de Contas no decurso de 2025.

Perspetiva-se ainda, o lançamento, em 2025, do processo de aquisição de automotoras para o segmento comercial de alta velocidade.

Ao nível dos equipamentos comerciais, dar-se-á continuidade aos processos de substituição de Máquinas Automáticas de Venda e de Validadores.

Ao nível dos recursos humanos, perspetiva-se que se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e de manutenção do material circulante.

Em termos financeiros, a empresa deverá continuar a apresentar uma situação equilibrada e sustentável. Pressupõe-se que será assegurado o financiamento total a fundo perdido das aquisições de material circulante para os serviços objeto de obrigações de serviço público e que será dada continuidade ao processo de atualização dos anexos do Contrato de Obrigações de Serviço Público e dos respetivos valores de compensações financeiras.

## FERNAVE

Tendo em conta as perspetivas de criação de novos postos de trabalho e a aposta na manutenção, reabilitação e/ou construção de infraestruturas em resultado do PNI 2030, a FERNAVE espera melhorar o desempenho operacional da empresa, garantindo a qualidade dos serviços e a manutenção do equilíbrio operacional.

Em 2024 a FERNAVE iniciou projetos estruturantes no mercado ferroviário de Angola que se prolongam para 2025, proporcionando assim uma relação negocial duradoura e com perspetivas de crescimento.

## ECOSAÚDE

O enfoque da ECOSAÚDE no ano de 2025 será na manutenção de uma capacidade instalada qualificada e na procura da eficiência operacional da mesma, que resulte na manutenção de uma rentabilidade adequada e na satisfação dos Clientes.

O ano de 2025 continuará a caracterizar-se pela contínua pressão de crescimento dos custos da mão-de-obra (médica, enfermagem e técnica na área da segurança no trabalho), decorrente da grande escassez de pessoal especializado e que dificilmente poderá ser repercutida nos contratos dos clientes.

Em 2024 foram renegociados os contratos de arrendamento dos dois principais polos da empresa (Lisboa e Porto), com valores crescentes nos primeiros três anos. Por este motivo, os gastos com arrendamento de instalações irão crescer significativamente no ano de 2025.

## SAROS

O objetivo global definido pela SAROS para 2025 será no sentido da continuidade da rentabilização do potencial que a empresa poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo uma estrutura de custos otimizada e maximizando os resultados obtidos.

## SIMEF

A atividade operacional do SIMEF em 2025 será intensa, particularmente na manutenção pesada, devido à necessidade da realização de 13 grandes reparações tipo R e da reparação da locomotiva 5613 da CP. No que respeita à manutenção ligeira, o quantitativo de intervenções planeadas está ligeiramente acima do realizado em 2024.

Ao nível da utilização das frotas pelos Clientes, perspetiva-se a manutenção dos níveis registados no segundo semestre de 2024, i.e., superior em cerca de 8%, relativamente à referência

contratual, no caso do Cliente CP e cerca de 10% inferior à referência contratual do Cliente Medway.

Prosseguirão em 2025 os trabalhos de instalação do Sistema CBTC em unidades do Metropolitano de Lisboa, por subcontratação do Cliente Siemens.

Em matéria de pessoal prevêem-se medidas para assegurar a satisfação e a retenção do capital humano, nomeadamente através de ajustes salariais, minimizando assim o impacto da taxa de inflação.

Em termos de Inovação e Desenvolvimento, prevê-se dar continuidade ao projeto de digitalização, que se encontra em curso, de forma a aumentar a eficiência dos processos e qualidade do serviço de manutenção realizado.

## Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data da demonstração da posição financeira, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

### Vida Útil de Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

### Cobranças Duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

## Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## Imparidades

A definição e aplicação de critérios para determinação das imparidades de ativos procura garantir a proximidade do valor do ativo ao seu valor realizável. Sem prejuízo, as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios podem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo. De salientar, em especial, a complexidade dos critérios de determinação das imparidades de inventários, tendo em consideração a sua diversidade, e o longo período durante o qual os mesmos podem ser usados, especificamente no caso dos inventários detidos pelo Grupo para aplicação no material circulante no âmbito da sua manutenção/reparação.

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente na área de transporte de passageiros e na manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários, o Grupo avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

### Materiais com Aplicação em Material Circulante

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

### Materiais com Aplicação em Material Circulante de Clientes Externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

### Peças Reparáveis “Rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

### Restantes Materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

Caso estes materiais sem rotatividade voltem a ter movimento a imparidade apenas é revertida no caso de o valor líquido do material ser negativo e até ao limite estritamente necessário para que o deixe de ser.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries Grupo CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período.

### Ativos Não Correntes Detidos Para Venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

## Alterações às Normas que se Tornaram Efetivas em 1 de Janeiro de 2024

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2024 avaliando-se a existência de possível impacto no Grupo CP:

### IAS 1 – ‘Classificação de Passivos Como Não Correntes e Correntes’ e ‘Passivos Não Correntes com Covenants’

As alterações publicadas clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.

Se uma entidade estima, e tem o direito, à data de relato, de refinanciar ou fazer o roll over de um passivo negociado no âmbito de uma linha de crédito, por pelo menos doze meses após o período de relato, classifica a obrigação como não corrente, mesmo que, de outra forma, fosse devido dentro de um prazo mais curto.

No entanto, se a entidade não tem o direito discricionário de refinanciar ou efetuar o roll over (por exemplo, não há acordo para refinanciamento), a entidade deve classificar o passivo como corrente.

As alterações publicadas também clarificam que os covenants que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente, mesmo que a sua verificação pela entidade credora apenas ocorra após a data de relato (ex: quando o covenant é baseado na posição da situação financeira à data de relato).

Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a covenants é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como:

- a) o valor contabilístico dos passivos;
- b) a natureza dos covenants e as datas de cumprimento; e
- c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos covenants nas datas devidas.

Estas alterações são de aplicação retrospectiva

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

## **IAS 7 e IFRS 7- 'Acordos de Financiamento de Fornecedores'**

Os Acordos de financiamento de fornecedores, ou reverse factoring, caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições contratadas, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores.

As alterações publicadas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores para permitir:

- a) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e
- b) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis.

Estes requisitos de divulgação adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020, como sejam:

- a) os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores;
- b) para os acordos existentes, no início e no final do período de relato:

- (i) os valores líquidos contabilísticos dos passivos financeiros que fazem parte dos acordos, juntamente com os valores líquidos contabilísticos destes passivos financeiros para os quais os fornecedores já receberam os pagamentos das entidades financiadoras;
- (ii) os horizontes temporais de pagamentos e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um Acordo de financiamento de fornecedores;
- (iii) o tipo e efeitos de alterações sem impacto em fluxos de caixa sobre os valores líquidos contabilísticos dos passivos financeiros que fazem parte do acordo.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

### **IFRS 16- 'Passivos Por Locação Numa Venda e Relocação'**

Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (*sale & leaseback*) que qualificam como "venda" de acordo com os princípios da IFRS 15 - 'Rédito de contratos com clientes', com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa.

Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de maneira a que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Os pagamentos variáveis de locação que não dependem de um índice ou de uma taxa não satisfazem a definição de "pagamentos de locação".

Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

### **Alterações às Normas e Novas Normas Que Se Tornam Efetivas, em ou Após 1 de Janeiro de 2025**

#### **IAS 21 - 'Efeitos das Alterações das Taxas de Câmbio: Falta de Permutabilidade'**

A IAS 21 define a taxa de câmbio que uma entidade deve utilizar quando relata transações em moeda estrangeira ou transpõe os resultados de uma unidade operacional estrangeira, quando a sua moeda funcional é diferente da moeda de apresentação do grupo.

A IAS 21 inclui orientações sobre a taxa de câmbio a utilizar quando a falta de permutabilidade entre duas moedas é temporária, mas é omissa quando se verifica a falta de permutabilidade por um longo período.

Esta alteração visa clarificar:

- (i) as circunstâncias em que se considera que uma moeda é passível de troca (permutable);
- (ii) como deve ser determinada a taxa de câmbio à vista quando se verifica a falta de permutabilidade de uma moeda, por um período longo.

Dezembro de 2024

A IAS 21 exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho

financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Esta alteração é de aplicação retrospectiva sem reexpressão do comparativo, devendo o impacto da transposição da informação financeira ser registada em resultados transitados (se conversão moeda estrangeira para moeda funcional) ou em reserva cambial (se conversão de moeda de funcional para moeda de apresentação).

Não se registaram impactos decorrentes desta alteração no Grupo CP.

## Fluxo de Caixa (nota 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2024 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

## Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	(valores em euros)	
Descrição	31-dez-24	31-dez-23
Caixa	443 841	433 788
Depósitos bancários	158 185 693	116 496 776
<b>Total</b>	<b>158 629 534</b>	<b>116 930 564</b>

## Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 5)

Não existem alterações a reportar de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

## Ativos Fixos Tangíveis (nota 6)

No final do ano 2024 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de ativo fixo tangível, conforme quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	20 533 661
Edifícios e outras construções	103 689 804	102 832 479
Equipamento básico	1565 742 036	1544 163 673
Equipamento de transporte	3 328 582	3 318 832
Equipamento administrativo	32 210 271	29 126 941
Outros ativos fixos tangíveis	30 508 407	32 947 528
Investimentos em curso	17 384 777	18 005 164
Adiantamentos por conta de investimentos	27 000 464	27 004 296
<b>Sub-total</b>	<b>1 800 398 002</b>	<b>1 777 932 574</b>
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	48 282 741	51 364 058
Depreciação acumulada de períodos anteriores	<b>1 432 974 709</b>	<b>1 393 177 976</b>
Depreciação acumulada dos bens abatidos e transferidos no período	(2 495 759)	(11 567 325)
Perdas por imparidade do período	(1 404 722)	( 111 045)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	2 363 165	2 474 210
<b>Sub-total</b>	<b>1 479 720 134</b>	<b>1 435 337 874</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>320 677 868</b>	<b>342 594 700</b>

**Nota** Existe um diferendo com uma entidade pública que reclama um dos imóveis que está registado em nome da CP e do qual a empresa considera ser legítima proprietária.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2024 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda			Outras regularizações	Saldo final
<b>(valores em euros)</b>								
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	-	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	102 832 479	-	-	( 156 764)	1 014 090	( 1)	103 889 804	
Equipamento básico	154 416 3 673	4 267 48	-	( 71 328)	21 201 186	21 757	156 574 2 036	
Equipamento de transporte	3 318 832	9 750	-	-	-	-	3 328 582	
Equipamento administrativo	29 126 941	4 9 091	( 2 327)	( 113 539)	3 150 105	-	32 210 271	
Outros ativos fixos tangíveis	32 947 528	-	-	( 2 410 897)	-	( 28 224)	30 508 407	
Investimentos em curso	18 005 164	26 094 176	-	-	( 26 714 563)	-	17 384 777	
Adiantamentos por conta de investimentos	27 004 296	-	-	( 3 832)	-	-	27 000 464	
	<b>1 777 932 574</b>	<b>26 579 765</b>	<b>( 2 327)</b>	<b>( 2 752 528)</b>	<b>( 1 353 014)</b>	<b>( 6 468)</b>	<b>1 800 398 002</b>	
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	60 667 994	3 057 259	-	( 90 384)	-	-	63 634 869	
Equipamento básico	130 918 871	43 221 779	-	( 71 328)	-	-	135 3 069 322	
Equipamento de transporte	3 114 120	5 7974	-	-	-	-	3 172 094	
Equipamento administrativo	27 787 170	1 100 238	( 2 327)	( 112 919)	-	-	28 772 162	
Outros ativos fixos tangíveis	31 486 555	845 490	-	( 2 212 352)	-	( 6 468)	30 113 245	
Ativ. Fix. Tang.-Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	2 363 164	( 1 404 722)	-	-	-	-	958 442	
	<b>1 435 337 874</b>	<b>46 878 018</b>	<b>( 2 327)</b>	<b>( 2 466 963)</b>	<b>-</b>	<b>( 6 468)</b>	<b>1 479 720 134</b>	
<b>Total</b>	<b>342 594 700</b>	<b>(20 298 253)</b>	<b>-</b>	<b>( 265 565)</b>	<b>( 1353 014)</b>	<b>-</b>	<b>320 677 868</b>	

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Os investimentos mais significativos realizados no ano de 2024 respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante que cumprem os critérios de reconhecimento como ativo fixo tangível.

A variação registada na rubrica de equipamento administrativo, resulta em grande medida da aquisição de equipamentos informáticos.

O montante identificado na coluna “transferências”, diz respeito a transferências para ativos intangíveis.

## Ativos Intangíveis (nota 7)

Os ativos intangíveis do Grupo CP analisam-se conforme o quadro seguinte:

Descrição	31-dez-24	(valores em euros) 31-dez-23
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	46 040	50 795
Programas de computador	2 458 783	1146 367
Ativos intangíveis em curso	61 667	8 518
<b>Sub-total</b>	<b>2 566 490</b>	<b>1 205 680</b>
Amortização acumulada e imparidade:		
Amortização do período	585 838	325 025
Amortização acumulada de períodos anteriores	828 405	503 380
Amortização acumulada dos bens abatidos no período	( 141 900)	-
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>1 272 343</b>	<b>828 405</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1 294 147</b>	<b>377 275</b>

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2024 é analisada como segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transf.	Saldo final	(valores em euros)
Valor bruto:								
Despesas de investigação e desenvolvimento	50 795	-	-	-	-	( 4 755)	46 040	
Programas de computador	1146 367	5 633	-	-	( 141 900)	1 448 683	2 458 783	
Ativos intangíveis em curso	8 518	144 063	-	-	-	( 90 914)	61 667	
	<b>1 205 680</b>	<b>149 696</b>	-	-	( 141 900)	<b>1 353 014</b>	<b>2 566 490</b>	
Amortização acumulada e imparidade:								
Amortização do período	672 270	585 838	-	-	( 141 900)		1 116 208	
Amortização acumulada de períodos anteriores	156 135	-	-	-	-		156 135	
	<b>828 405</b>	<b>585 838</b>	-	-	( 141 900)	-	<b>1 272 343</b>	
<b>Total</b>	<b>377 275</b>	<b>( 436 142)</b>	-	-	-	<b>1 353 014</b>	<b>1 294 147</b>	

Os ativos intangíveis do Grupo CP dizem essencialmente respeito à aquisição de programas informáticos, sendo que o valor registado em ativos intangíveis em curso, refere-se ao desenvolvimento do novo site da empresa CP e de uma aplicação da Ecosaúde para gestão de informação de assistência a passageiros sinistrados nos comboios e gares ferroviárias, que irá começar a ser usada no ano de 2025.

O montante identificado na coluna “transferências”, diz respeito a transferências de ativos fixos tangíveis.

## Direitos de Uso de Ativos (nota 8)

No final do ano 2024 o Grupo CP apresentava os seguintes direitos de uso que cumpriram todos os requisitos enumerados na IFRS 16:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
<b>Valor Bruto:</b>		
Direito de Uso (Locações Financeiras - IFRS 16)	13 841 442	13 654 624
Viaturas	436 706	257 659
Automotoras	2 639 585	3 654 811
Espaço Oficial	10 072 392	9 742 154
Espaço Clínico	692 759	-
<b>Sub-total</b>	<b>13 841 442</b>	<b>13 654 624</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>		
Amortização do período	1 828 612	1 737 081
Viaturas	45 832	54 766
Automotoras	1 161 869	1 218 270
Espaço Oficial	516 997	464 045
Espaço Clínico	103 914	-
Amortização acumulada de períodos anteriores	3 167 232	2 050 567
Viaturas	251 940	197 174
Automotoras	1 218 270	-
Espaço Oficial	2 317 438	1 853 393
Depreciações Acumulados por Automotoras Devolvidas	( 620 416)	-
<b>Sub-total</b>	<b>4 995 844</b>	<b>3 787 648</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>8 845 598</b>	<b>9 866 976</b>

Assim como as respetivas responsabilidades que resultam das locações financeiras:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
<b>Não corrente</b>		
Responsabilidades por locações financeiras	7 776 937	8 189 715
Viaturas	99 841	2
Automotoras	-	1 156 378
Espaço Oficial	7 210 232	7 033 335
Espaço Clínico	466 864	-
<b>Corrente</b>		
Responsabilidades por locações financeiras	1 545 655	1 751 110
Viaturas	39 094	5 718
Automotoras	907 238	1 317 679
Espaço Oficial	474 938	427 713
Espaço Clínico	124 385	-
<b>Total</b>	<b>9 322 592</b>	<b>9 940 825</b>

Ainda com impactos em resultado da aplicação IFRS 16, evidenciam-se o valor dos juros suportados nos exercícios de 2023 e 2024:

Descrição	2024	2023	(valores em euros)
Juros e gastos similares suportados			
Viaturas	31 736	12 533	
Automotoras	57 244	96 616	
Espaço oficial	173 589	169 082	
Espaço Clínico	12 285	-	
<b>Total</b>	<b>274 854</b>	<b>278 231</b>	

Os direitos de uso e os respectivos movimentos são detalhados como segue:

	Viaturas	Automotoras	Espaço oficial	Espaço Clínico	Total	(valores em euros)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
Custo de aquisição	436 706	2 639 585	10 072 392	692 759	13 841 442	
Amortização acumulada	287 772	1 759 723	2 834 435	103 914	4 995 844	
<b>Valor líquido</b>	<b>138 934</b>	<b>879 862</b>	<b>7 237 957</b>	<b>588 845</b>	<b>8 845 598</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>						
Custo de aquisição	257 659	3 654 811	9 742 154	-	13 654 624	
Amortização acumulada	251 940	1 218 270	2 317 438	-	3 787 648	
<b>Valor líquido</b>	<b>5 719</b>	<b>2 436 541</b>	<b>7 424 716</b>	<b>-</b>	<b>9 866 976</b>	

	Viaturas	Automotoras	Espaço oficial	Espaço Clínico	Total	(valores em euros)
<b>Em 1 de janeiro de 2023</b>						
Aumentos	60 485	-	7 888 761	-	7 949 246	
Amortizações	-	3 654 811	-	-	3 654 811	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5 719</b>	<b>2 436 541</b>	<b>7 424 716</b>	<b>-</b>	<b>9 866 976</b>	
<b>Em 1 de janeiro de 2024</b>						
Aumentos	179 047	-	-	692 759	871 806	
Amortizações	( 45 832)	( 1 161 869)	( 516 997)	( 103 914)	( 1 828 612)	
Atualizações contratuais	-	-	330 238	-	330 238	
Cancelamentos de contratos	-	( 394 810)	-	-	( 394 810)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>138 934</b>	<b>879 862</b>	<b>7 237 957</b>	<b>588 845</b>	<b>8 845 598</b>	

No que respeita a pagamentos, identificam-se os relativos a locações de 2023 e 2024:

	Viaturas	Automotoras	Espaço oficial	Espaço Clínico	Total	(valores em euros)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>						
Relativos a amortização de capital de locações	45 833	1 160 988	464 624	91 263	1 762 708	
Relativos a Juros de locações	31 736	57 244	173 589	12 285	274 854	
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>77 569</b>	<b>1 218 232</b>	<b>638 213</b>	<b>103 548</b>	<b>2 037 562</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>						
Relativos a amortização de capital de locações	54 767	1 180 754	427 713	-	1 663 234	
Relativos a Juros de locações	12 533	96 616	169 082	-	278 231	
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<b>67 300</b>	<b>1 277 370</b>	<b>596 795</b>	<b>-</b>	<b>1 941 465</b>	

## Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Tipo	31-dez-24			31-dez-23			(valores em euros)
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	
TIP, ACE	Investimento	1538 628	-	1538 628	650 836	-	650 836	
SIMEF, ACE	Investimento	503 220	-	503 220	498 144	-	498 144	
Nomad Tech, Lda.	Investimento	2 118 900	-	2 118 900	1 787 178	-	1 787 178	
<b>Total</b>		<b>4 160 748</b>	-	<b>4 160 748</b>	<b>2 936 158</b>	-	<b>2 936 158</b>	

**Nota**) MEP de 2024 do TIP ajustado com base nas Df's assinadas recebidas 28-05-2025

Em 2024 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final	(valores em euros)
Valor bruto							
TIP, ACE	650 836	-	-	887 792	-	1 538 628	
SIMEF, ACE	498 144	-	-	502 079	( 497 003)	503 220	
Nomad Tech, Lda.	1 787 178	-	-	331 722	-	2 118 900	
<b>Sub-total</b>	<b>2 936 158</b>	-	-	<b>1 721 593</b>	<b>( 497 003)</b>	<b>4 160 748</b>	
Imparidade	-	-	-	-	-	-	
<b>Sub-total</b>	-	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>2 936 158</b>	-	-	<b>1 721 593</b>	<b>( 497 003)</b>	<b>4 160 748</b>	

**Nota**) MEP de 2024 do TIP ajustado com base nas Df's assinadas recebidas 28-05-2025

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, o incremento verificado na rubrica de participações financeiras, deve-se essencialmente à integração dos resultados positivos das empresas do grupo. Quanto às outras alterações devem-se à distribuição de resultados.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido	(valores em euros)
SIMEF, ACE	51	31-dez-24	12 772 083	11 785 378	986 705	13 601 413	986 705	
Nomad Tech, Lda. *	35	31-dez-24	17 980 725	11 925 431	6 055 294	7 152 988	444 622	
TIP, ACE **	33	31-dez-24	24 743 371	21 127 024	4 616 347	10 247 559	2 837 490	

\* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2024 e 31/12/2024.  
Conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano.

\*\* Valores obtidos em 28-maio-2025

## Outros Investimentos Financeiros (nota 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Método	31-dez-24			31-dez-23			(valores em euros)
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-	
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-	
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-	
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595	
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-	
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679	
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460	
INEGI	Custo de aquisição	2 500	( 2 500)	-	2 500	( 2 500)	-	
Centro de Competências Ferroviário	Custo de aquisição	4 000 000	( 4 000 000)	-	4 000 000	( 4 000 000)	-	
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	( 45 227)	343 053	388 280	( 64 723)	323 557	
Fundo Comp. Trabalho	Custo de aquisição	311	-	311	311	-	311	
		<b>32 881 214</b>	<b>( 4 772 116)</b>	<b>28 109 098</b>	<b>32 881 214</b>	<b>( 4 791 612)</b>	<b>28 089 602</b>	

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários estados-membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2024 é analisado no quadro seguinte:

	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	(valores em euros)	
						Saldo final	
<b>Valor bruto</b>							
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000	
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721	
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399	
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595	
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269	
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679	
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460	
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500	
Centro de Competências Ferroviário	4 000 000	-	-	-	-	4 000 000	
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280	
Fundo Comp. Trabalho	311	-	-	-	-	311	
	<b>32 881 214</b>	-	-	-	-	<b>32 881 214</b>	
<b>Imparidade</b>							
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)	
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)	
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)	
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)	
INEGI	( 2 500)	-	-	-	-	( 2 500)	
Centro de Competências Ferroviário	( 4 000 000)	-	-	-	-	( 4 000 000)	
TRANSCOM, S.A.	( 64 723)	-	-	-	19 496	( 45 227)	
	<b>( 4 791 612)</b>	-	-	-	<b>19 496</b>	<b>( 4 772 116)</b>	
<b>Total</b>	<b>28 089 602</b>	-	-	-	<b>19 496</b>	<b>28 109 098</b>	

## Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Por, nas circunstâncias atuais, não existirem expectativas que o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis, a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos (quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros) respeitantes a:

- (i) Diferenças temporárias dedutíveis;
- (ii) Reporte de prejuízos fiscais não utilizados; e
- (iii) Reporte de créditos tributáveis não utilizados. Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos (quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis).

Conforme consta no quadro abaixo, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP até 2024 passam de 315,2 milhões de euros para 309 milhões de euros, os quais podem ser utilizados, de acordo com a legislação atual, sem qualquer limite temporal.

(valores em euros)		
Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2024		Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2023
CP	347 175 808	352 428 232
Grupo	309 047 227	315 279 986

Detalha-se de seguida o cálculo do valor do imposto sobre o rendimento:

(valores em euros)	
2024	2023
Ajuste excesso de Estimativa ano anterior	1 866 032
Imposto sobre o rendimento do período	( 421 700 )
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>1 444 332</b>
	<b>( 2 943 037 )</b>

No quadro seguinte detalha-se o cálculo da taxa teórica e efetiva de imposto corrente:

(valores em euros)		
Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2024		Prejuízo Fiscal dedutível acumulado em 2023
CP	347 175 808	352 428 232
Grupo	309 047 227	315 279 986

Detalha-se de seguida o cálculo do valor do imposto sobre o rendimento:

	(valores em euros)	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Resultado Antes Imposto</b>	<b>484 769</b>	<b>6 274 065</b>
Taxa nominal de imposto	21%	21%
<b>Imposto teórico sobre o rendimento</b>	<b>( 101 801)</b>	<b>( 1 317 554)</b>
 <b>Resultado Antes Imposto</b>	 <b>484 769</b>	 <b>6 274 065</b>
Imposto sobre o rendimento do período	421 700	2 943 037
Coleta	-	1 483 360
Derrama municipal	21 950	358 911
Tributação Autónoma	399 750	145 594
Derrama Estadual	-	955 172
<b>Imposto efetivo sobre o rendimento do período</b>	<b>421 700</b>	<b>2 943 037</b>
<b>Taxa Efetiva de Imposto do período</b>	<b>87,0%</b>	<b>46,9%</b>

O ajuste do excesso de estimativa de imposto do ano anterior foi classificado na rubrica *Imposto Sobre o Rendimento do Período*, conforme espelhado no quadro acima.

## Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

	(valores em euros)	
<b>Descrição</b>	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Valor Bruto:		
Mercadorias	128 052	128 988
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	58 412 968	57 432 218
Produtos acabados e intermedios*	5 536 713	4 523 359
Produtos e trabalhos em curso	2 571 011	3 267 765
Adiantamentos por conta de compras	-	532 962
	<b>66 648 744</b>	<b>65 885 292</b>
Imparidades acumuladas		
Imparides do período	(1 818 890)	(2 068 445)
Imparidade acumulada por utilizações	1 016 721	-
Imparidades de períodos anteriores	(22 120 786)	(20 052 341)
	<b>( 22 922 955)</b>	<b>( 22 120 786)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>43 725 789</b>	<b>43 764 506</b>

\*fabricos internos e rotaveis

O valor bruto dos inventários registou um acréscimo de 0,8 milhões de euros face ao ano de 2023, destacando-se as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo e os Produtos acabados e intermédios com um incremento aproximado de 1 milhão de euros em cada uma das rubricas e em sentido oposto verificou-se uma diminuição nas rubricas de Produtos e trabalhos em curso e de

Adiantamentos por conta de compras no valor de 0,7 milhões de euros e de 0,5 milhões de euros, respetivamente.

Os fatores externos seguiram a mesma tendência do período anterior, nomeadamente a evolução dos preços resultantes da conjuntura internacional que leva indiretamente ao aumento do valor dos inventários. Outro fator que justifica o acréscimo é a definição da profundidade das intervenções estimadas com uma taxa de substituição superior à efetivamente realizada. Por outro lado, está também diretamente relacionado com a discrepância entre o início dos projetos de reparação/modernização, e a chegada efetiva dos materiais, em que alguns ficam impedidos de serem usados nas intervenções planeadas, não ficando, no entanto, impossibilitada, em ambas as situações a sua utilização em futuras intervenções.

A empresa realiza semestralmente o controlo do valor dos inventários para aferir a necessidade do ajustamento do seu montante. Em caso de necessidade, são constituídas imparidades.

Relativamente às imparidades de inventários mantiveram-se basicamente os critérios que tem vindo a ser seguidos nos últimos períodos, os quais estão detalhados na nota 3.

Através da aplicação desses critérios, foi reconhecida, no período de 2024, uma perda por imparidade de cerca de 0,8 milhões de euros. O valor foi decomposto da seguinte forma, por um lado foram registadas perdas por imparidade em gastos no montante de 2,9 milhões de euros, parcialmente compensadas com a reversão de perdas por imparidade no montante 1,1 milhões de euros registadas em rendimentos do exercício. Por outro lado, foram utilizadas imparidades constituídas em períodos anteriores no montante aproximado de 1 milhão de euros, como demonstra o quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final	(valores em euros)
<b>Imparidades de inventários</b>						
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	(21 144 279)	(2 513 570)	1 014 146	1 016 721	(21 626 982)	
Produtos acabados e intermédios	( 976 507)	( 382 587)	63 121	-	(1 295 973)	
Fabricos	( 377 097)	( 26 826)	3 357	-	( 400 566)	
Rotaveis	( 599 410)	( 355 761)	59 764	-	( 895 407)	
<b>Total</b>	<b>(22 120 786)</b>	<b>(2 896 157)</b>	<b>1 077 287</b>	<b>1 016 721</b>	<b>(22 922 955)</b>	

## Clientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

Descrição	31-dez-24	31-dez-23	(valores em euros)
Valor Bruto:			
Clientes c/c			
Gerais	8 756 098	12 108 999	
Empresas associadas	163 220	2 236 037	
Empreendimentos conjuntos	258 791	105 892	
Outras partes relacionadas	-	-	
Clientes - cobrança duvidosa	6 706 053	6 540 096	
<b>Sub-total</b>	<b>15 884 162</b>	<b>20 991 024</b>	
Imparidade acumulada			
Perdas por imparidade do periodo	( 165 957)	( 652 515)	
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(6 540 096)	(5 887 581)	
<b>Sub-total</b>	<b>( 6 706 053)</b>	<b>( 6 540 096)</b>	
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>9 178 109</b>	<b>14 450 928</b>	

A rubrica de clientes apresenta um decréscimo em 2024 face ao ano transato na ordem dos 5,1 milhões de euros, sendo que 3,4 milhões de euros respeitam aos clientes gerais e 2,1 milhões de euros às empresas associadas, variação justificada com pagamentos regularizados no decorrer do primeiro trimestre de 2024.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final	(valores em euros)
Perdas por imparidade						
Clientes gerais	(6 540 096)	( 196 517)	8 286	22 274	(6 706 053)	
<b>Total</b>	<b>(6 540 096)</b>	<b>( 196 517)</b>	<b>8 286</b>	<b>22 274</b>	<b>(6 706 053)</b>	

## Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-dez-24	31-dez-23	(valores em euros)
Ativo			
Imposto sobre o rendimento	647 984	251 492	
Pagamento especial por conta	494 867	136 469	
Imposto retido na fonte	91 330	57 888	
Imposto retido na fonte-Dependente	61 787	57 135	
IVA	6 538 070	11 411 360	
IVA a recuperar	4 499 721	1 000 000	
IVA reembolsos pedidos	2 038 349	10 411 360	
Outros Impostos	279 754	328 221	
Contribuições Seg Social CNP	279 754	328 221	
DGI-FCT	-	-	
<b>Total</b>	<b>7 465 808</b>	<b>11 991 073</b>	
Passivo			
Imposto sobre o rendimento	469 200	2 977 783	
Imposto sobre o rendimento	421 700	2 943 037	
Retenções de imposto sobre o rendimento	47 500	34 746	
IVA	93 862	163 303	
IVA a pagar	93 862	163 303	
Outros Impostos	27 032	22 988	
Contribuição para a Segurança Social	27 032	22 988	
Outras tributações	-	-	
<b>Total</b>	<b>590 094</b>	<b>3 164 074</b>	

A diminuição registada na rubrica "IVA a recuperar" decorreu da aceitação e consequente contabilização em 2023, de faturas por uso da infraestrutura ferroviária referentes ao período de agosto a dezembro e de faturas de energia para tração, facto que não se repetiu em 2024.

Quanto ao passivo, a diminuição da rubrica de imposto sobre o rendimento decorreu essencialmente do cálculo da estimativa do imposto do corrente ano em linha com os resultados do período.

## Outros Créditos a Receber (nota 15)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	312 276	194 502
Fornecedores c/c - saldos devedores	78 214	41 052
Outros	698 974	769 752
Outros Devedores - pessoal	119 862	103 047
D.Diversos - c/c	8 435 772	8 915 292
Devedores por acréscimos de receitas	77 579 858	32 513 716
<b>Sub-total</b>	<b>87 224 956</b>	<b>42 537 361</b>
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	( 87 181)	913 545
Imparidade de períodos anteriores-O. Dív. terceiros	( 4 846 598)	( 5 760 143)
<b>Sub-total</b>	<b>( 4 933 779)</b>	<b>( 4 846 598)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>82 291 177</b>	<b>37 690 763</b>

Em 2024, a rubrica de outros créditos a receber apresenta um aumento face ao período homólogo na ordem dos 44,6 milhões de euros em devedores por acréscimos de receitas, referentes a rendimentos para os quais o grupo CP aguarda ser resarcido, relacionados com:

- (i) o valor do acerto da compensação das obrigações de serviço público de 2024, no montante de 15,9 milhões de euros, e do acerto da compensação financeira pelo Passe Ferroviário Verde de 5 milhões de euros;
- (ii) o valor dos Passes Comparticipados na região de Lisboa, Porto e Regional, no montante de 24,6 milhões de euros (que inclui títulos com tarifa reduzida, passe Antigos Combatentes, passe social+; e as compensações devidas ao abrigo do programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP), e;
- (iii) nos valores pendentes das CIM's que ascendem a 3,3 milhões de euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>					
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Utilização</b>	<b>Transferência</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros	( 4 846 598)	( 92 146)	10	-	4 955	( 4 933 779)
<b>Total</b>	<b>( 4 846 598)</b>	<b>( 92 146)</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>4 955</b>	<b>( 4 933 779)</b>

## Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	1 264 382	3 176 989
<b>Total</b>	<b>1 264 382</b>	<b>3 176 989</b>
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	159 347 531	135 844 656
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	794 619	658 430
<b>Total</b>	<b>160 142 150</b>	<b>136 503 086</b>

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos gastos a reconhecer no período, onde se inclui os diversos prémios de seguro faturados e pagos, no final do ano, de forma a garantir a efetividade dos seguros a vigorar no 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica referem-se a acidentes de trabalho, saúde, multiriscos e responsabilidade civil

Em 2024, a diminuição de cerca 1,9 milhões de euros refere-se a gastos reconhecidos com contratos informáticos, tais como a aquisição e renovação de software, licenciamentos e plataformas informáticas.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e de reparação de material circulante, mais concretamente, a faturação por conta de trabalhos a realizar e a ser emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
Fundo Ambiental – Aqui. 117 Aut elec, 12 Auto. BiModo e 10 Elec	104 208 908	73 163 089
Subsídios PIDDAC	22 374 851	25 786 960
Subsídios FEDER	31 179 090	35 355 171
Subsídios IGCP	1 179 112	1 311 721
Subsídios Outros (inclui CEF)	405 570	227 715
<b>Total</b>	<b>159 347 531</b>	<b>135 844 656</b>

## Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 17)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor valor, entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
<b>Ativos</b>		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	1 757 078	1 792 278
<b>Total</b>	<b>2 016 478</b>	<b>2 051 678</b>

Os movimentos do período detalham-se conforme o quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Fusão / Outras regularizações	(valores em euros)
								Saldo final
<b>Valor bruto:</b>								
Terrenos e recursos naturais	84 031	-	-	-	-	-	-	84 031
Edifícios e outras construções	196 073	-	-	-	-	-	-	196 073
Equipamento básico	49 000 237	-	(2 055 405)	-	-	-	-	46 944 832
	<b>49 280 341</b>	-	<b>( 2 055 405)</b>	-	-	-	-	<b>47 224 935</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade:</b>								
Edifícios e outras construções	16 806	-	-	-	-	-	-	16 806
Equipamento básico	44 742 523	-	(1 579 016)	-	-	-	-	43 163 507
Edifícios-Perdas Impar. Acum.	3 897	-	-	-	-	-	-	3 897
Equipam. Básico-Perdas Impar. Acum.	2 465 437	-	( 441 189)	-	-	-	-	2 024 248
	<b>47 228 663</b>	-	<b>( 2 020 205)</b>	-	-	-	-	<b>45 208 458</b>
<b>Total</b>	<b>2 051 678</b>	-	<b>( 35 200)</b>	-	-	-	-	<b>2 016 478</b>

Em 2024, a CP na rubrica de equipamento básico procedeu à alienação de material circulante que se encontrava inoperacional, com o valor contabilístico de 0,5 milhões de euros, e procedeu à respetiva reversão da imparidade no montante de 0,4 milhões de euros.

## Capital (nota 18)

### Capital Realizado

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado Português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do ano de 2023, foi determinado por despacho conjunto dos senhores ministros das finanças e das infraestruturas, datado de 9 de outubro de 2023, atribuir à CP as devidas compensações pelas obrigações de serviço público prestadas entre 2002 e 2019, mediante aumento do capital estatutário que se concretizou da seguinte forma:

- (i) aumentar o Capital Estatutário da CP, em 2.099.740.964,99 euros, mediante a conversão de créditos de capital e juros, detidos pelo Estado através da DGTF, correspondente a 1.919.301.571,5 euros e mediante a entrega em numerário do montante de 180.439.393,49 euros, dos quais 70% (126.307.573,49 euros) foram efetivamente realizados no decorrer de 2024;
- (ii) Utilizar a reserva de saneamento financeiro no âmbito do protocolo de 1993, realizado ao abrigo do decreto-lei nº 361/85, de 5 de setembro, no valor de 91.357.368 euros, para cobertura de resultados transitados negativos;
- (iii) Reduzir o capital para cobertura do remanescente de resultados transitados negativos, no valor de 5.846.594.636 euros, fixando o capital estatutário em 212.635.680,46 euros.

## Capital Não Realizado

O montante de 126.307.573,49 euros que se encontrava por realizar no final de 2023, foi efetivamente realizado no decorrer de 2024.

## Reservas Legais (nota 19)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Conforme a proposta de aplicação dos resultados de 2023 aprovada, a reserva legal foi reforçada em 177.593,66 euros.

## Outras Reservas (nota 20)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## Resultados Transitados (nota 21)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à transferência do *Resultado Líquido do Exercício Anterior* para *Resultados Transitados*.

Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

		(valores em euros)
<b>Reconciliação do resultado transitado consolidado</b>		
<b>Resultados transitados de 2024</b>		<b>12.763.134</b>
Resultados transitados de 2023	9.327.920	
+ Resultado líquido do período de 2023	3.331.028	
- Reserva legal do período de 2023	-177.594	
Sub-total	12.481.354	
Movimentos de 2024 directamente em Res.transitados:	281.780	
<b>Total</b>	<b>12.763.134</b>	
 Diferenças de consolidação relacionadas com:		
- Outras (saldos e transações)	281.780	

## Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 22)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	(valores em euros)	
<b>Descrição</b>	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
<b>Total</b>	<b>132 640</b>	<b>132 640</b>

A rubrica Saneamento Financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º 361/85.

## Provisões (nota 23)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final	(valores em euros)
Processos judiciais em curso	1 877 442	273 855	-	-	2 151 297	
Acidentes ferroviários	2 381 233	460 627	1 000 000	-	1 841 860	
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	7 882 172	2 721 091	662 957	105 576	9 834 730	
<b>Total</b>	<b>12 140 847</b>	<b>3 455 573</b>	<b>1 662 957</b>	<b>105 576</b>	<b>13 827 887</b>	

Verificou-se um aumento de 1,7 milhões de euros face a 2023, em resultado de:

- (i) acréscimo de 2,2 milhões de euros nas rubricas de acidentes de trabalho e doenças profissionais (+ 566 mil euros), processos judiciais contra a CP (+ 274 mil euros) e outras provisões por penalidades contratuais da área de manutenção (+ 1,4 milhões de euros); e
- (ii) redução de outras provisões com acidentes ferroviários em 539 mil euros.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2024, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (Fidelidade).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 3,0%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** Utilizou-se a tábuia TV 88/90 (-1).

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** Pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2024.

## Financiamentos Obtidos (nota 24)

No final do período de 2024 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações	105 300 000	155 500 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(1 653 620)	(2 872 105)
Outros financiadores	-	-
<b>Total não corrente</b>	<b>103 646 380</b>	<b>152 627 895</b>
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Outros financiadores	-	50 000 000
<b>Total corrente</b>	<b>-</b>	<b>50 000 000</b>
<b>Total</b>	<b>103 646 380</b>	<b>202 627 895</b>

No ano de 2024 o total da dívida da empresa teve uma redução em relação ao ano anterior, inicialmente, em março pela redução do empréstimo obrigacionista por via da recompra de obrigações no total de 50,2 milhões de euros, e em julho com a amortização da totalidade do empréstimo de 50 milhões de euros junto da Eurofima.

O grupo CP passou a ter na sua carteira, unicamente o empréstimo obrigacionista com o valor nominal de 105,3 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, reflete as alterações referidas anteriormente, passando a estrutura de dívida neste ano a ser unicamente uma estrutura de médio e longo prazo uma vez que a maturidade do empréstimo obrigacionista irá ocorrer somente em 2030.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, excluindo descobertos bancários, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-24	31-dez-23
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos por obrigações		
A mais de 5 anos	105 300 000	155 500 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(1 653 620)	(2 872 105)
Outros financiadores		
Até 1 ano	-	50 000 000
De 1 a 5 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>103 646 380</b>	<b>202 627 895</b>

Segue abaixo o detalhe das fontes de financiamento do grupo CP que representam o total do capital em dívida dos financiamentos obtidos:

Detalhe por fontes de financiamento	31-dez-24	31-dez-23
Obrigacionistas	103 646 380	152 627 895
Eurofima	-	50 000 000
<b>Total</b>	<b>103 646 380</b>	<b>202 627 895</b>

## Outras Dívidas a Pagar (nota 25)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-dez-24	31-dez-23	(valores em euros)
Corrente			
Fornecedores de investimentos	1 607 242	1 020 174	
Credores por subscrições não liberadas	44 198 895	44 924 406	
Outros devedores e credores	44 599 005	3 085 411	
Credores por acréscimo de gastos	50 714 665	85 025 565	
<b>Total</b>	<b>141 119 807</b>	<b>134 055 556</b>	

Esta rubrica apresenta um acréscimo de 7,1 milhões de euros face ao ano transato.

As variações mais significativas que se observam nos outros credores (+41,5 milhões de euros) e credores por acréscimo de gastos (-34,3 milhões de euros) resultam do processo relativo ao acerto das compensações financeiras relacionadas com o contrato de serviço público para o ano de 2023, sendo que os montantes mencionados se devem a:

- (i) Outros credores – notas de crédito emitidas e ainda não regularizadas;
- (ii) Credores por acréscimo de gastos – anulação do acréscimo de gastos registado em 2023.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada Eurofima conforme já identificado na nota 10.

## Fornecedores (nota 26)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	31-dez-24	31-dez-23	(valores em euros)
Fornecedores c/c			
Gerais	9 710 847	14 124 130	
Facturas em receção e conferência	329 477	913 752	
<b>Total</b>	<b>10 040 324</b>	<b>15 037 882</b>	

Verificou-se uma redução na rubrica Fornecedores, em cerca de 5 milhões de euros, face ao ano de 2023, com especial destaque na rubrica de fornecedores gerais, que teve um decréscimo acentuado de 4,4 milhões de euros, variação que se deveu essencialmente ao pagamento em 2024 de faturas emitidas em 2023, respeitantes a eletricidade para tração.

## Vendas e Serviços Prestados (nota 27)

As vendas e serviços prestados apresentam-se conforme quadro seguinte:

Descrição	2024	2023	(valores em euros)
<b>Prestações de serviços</b>			
Passageiros líquido de descontos e abatimentos	280 131 965	247 357 939	
Manutenção e reparação de material circulante	18 529 182	16 433 471	
Outros	7 156 443	6 831 051	
<b>Total</b>	<b>305 817 590</b>	<b>270 622 461</b>	

Verificou-se um aumento de 35,2 milhões de euros em 2024, face ao ano transato. A rubrica que mais se evidencia é a de Passageiros líquido de descontos e abatimentos em vendas, de onde se destaca a subida nas vendas de bilhetes simples, que registou um acréscimo na ordem dos 12,4 milhões de euros.

## Subsídios à Exploração (nota 28)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2024 e 2023:

Descrição	2024	2023
<b>Subsídios à exploração:</b>		
Contrato de serviço público	105 072 809	157 884 853
Referente a OSP do exercício		
Adiantamento	84 396 072	126 459 441
Acerto da compensação	15 944 462	(33 800 588)
Passe Ferroviário Verde	4 732 275	-
	<b>105 072 809</b>	<b>92 658 853</b>
Referente a OSP de exercícios anteriores		
Compensação OSP 2021 - Acerto de reconciliação	-	45 938 157
Compensação OSP 2021 - reequilíbrio financeiro	-	12 162 590
Compensação OSP 2022 - Acerto de reconciliação	-	7 125 253
	<b>-</b>	<b>65 226 000</b>
Subsídios de outras entidades	113 487	-
PIVOT 2	7 999	-
Aut. Elét. Stadler (10)	105 357	-
Fundo Europeu	131	-
<b>Total</b>	<b>105 186 296</b>	<b>157 884 853</b>

O contrato de serviço público (CSP) assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Decorrente desta formalização, foram pagas à CP, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado sem prejuízo de eventuais acertos futuros que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

No que respeita aos duodécimos/adiantamentos concedidos a título de compensação pelas obrigações de serviço público (OSP) de 2024, os mesmos encontram-se ajustados, existindo um acerto a favor da empresa no montante de 15,9 milhões de euros.

Do mesmo modo, foi registado um acréscimo nas compensações relacionadas com as OSP, no valor de 4,7 milhões de euros, originado pela criação do "Passe Ferroviário Verde".

Os acertos de compensação de OSP de 2021 e 2022 que foram aprovados no decorrer de 2023, relacionados com o acerto de reequilíbrio do ano de 2021, e com o acerto de reconciliação do ano de 2022, no total de 19,3 milhões de euros, foram efetivamente recebidos no decorrer do 1º trimestre de 2025.

## Ganhos/Perdas Imputados a Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (nota 29)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	1 721 594	1 501 420
Outros	252 000	36 000
<b>Total</b>	<b>1 973 594</b>	<b>1 537 420</b>

O aumento verificado nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados individuais das suas participadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação detida naquelas entidades.

O valor inscrito na rubrica “Outros” diz respeito aos dividendos distribuídos pelas entidades cuja participação se encontra registada pelo custo de aquisição.

## Variação nos Inventários da Produção (nota 30)

Esta rubrica apresenta uma variação negativa de 0,7 milhões de euros face ao período homólogo. Apesar de se ter verificado um incremento na reparação de rotáveis, esse aumento foi esbatido com a diminuição do trabalho em curso a decorrer nas intervenções de manutenção e reparação no material circulante e com a diminuição nos fabricos internos produzidos durante o ano.

	(valores em euros)	
	2024	2023
<b>Inventários finais</b>		
Produtos acabados e intermédios	5 536 713	4 523 359
Fabricos internos	646 688	663 762
Reparação de Rotáveis	4 890 025	3 859 597
Produtos e trabalhos em curso	2 571 011	3 267 765
<b>Reclassificação e regularização de inventários</b>		
Produtos acabados e intermédios	( 728 158)	(2 035 639)
Fabricos internos	( 1130)	
Reparação de Rotáveis	( 727 028)	(2 035 639)
<b>Inventários iniciais</b>		
Produtos acabados e intermédios	4 523 359	4 621 214
Fabricos internos	663 762	680 371
Reparação de Rotáveis	3 859 597	3 940 843
Produtos e trabalhos em curso	3 267 765	3 460 092
	<b>1044 758</b>	<b>1745 457</b>

## Trabalhos Para a Própria Entidade (nota 31)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2024	2023
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	16 017 662	15 909 557

## Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2024	2023
Mercadorias	( 936)	( 17 415)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(33 690 070)	(35 260 599)
	<b>(33 691 006)</b>	<b>(35 278 014)</b>

Verificou-se uma redução nos consumos de 1,6 milhões de euros face ao período homólogo. Para este decréscimo contribuíram essencialmente a redução do consumo de matérias-primas destinadas à atividade de manutenção e reparação com uma diminuição de cerca de 1,5 milhões de euros, e a diminuição do consumo de combustível na ordem dos 0,6 milhões de euros.

compensados parcialmente pelo incremento do consumo de materiais diversos e fardamentos na ordem dos 0,3 milhões de euros e 0,1 milhões de euros, respetivamente.

## Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

Conta	Designação	(valores em euros)	
		2024	2023
621	Subcontratos	(24 895 144)	(21 741 044)
622/626	Trabalhos especializados e outros (Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	(109 087 865) (68 167 562)	(91 788 541) (54 145 417)
623	Materiais	( 977 669)	(1 038 689)
624	Energia e fluidos	(32 297 329)	(31 293 436)
625	Deslocações, estadas e transportes	(1 025 763)	( 920 243)
		<b>(168 283 770)</b>	<b>(146 781 953)</b>

Em 2024, verificou-se um aumento na rubrica de fornecimentos e serviços externos no valor de 21,5 milhões de euros, destacando-se para este facto:

- (i) Taxa de uso da infraestrutura (+14 milhões de euros);
- (ii) Trabalhos especializados (+1,3 milhões de euros) com especial enfoque nos serviços informáticos que registaram um acréscimo na ordem dos 0,8 milhões de euros;
- (iii) Subcontratos relacionados com a vertente industrial (+1,3 milhões de euros), em resultado da subcontratação de componentes industriais para manutenção/reparação de material circulante.

## Gastos com Pessoal (nota 34)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	( 615 439)	( 610 627)
Remunerações do pessoal	(137 228 950)	(126 192 930)
Indemnizações	( 64 931)	( 279 120)
Encargos sobre remunerações	(30 601 573)	(27 878 939)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	( 4 273 778)	( 3 867 191)
Gastos de ação social	( 206 802)	( 458 877)
Outros gastos com o pessoal	( 791 568)	( 580 179)
	<b>(173 783 041)</b>	<b>(159 867 863)</b>

Verificou-se um incremento de 13,9 milhões de euros, destacando-se o acréscimo nas remunerações do pessoal, no montante de 11 milhões de euros, bem como dos encargos sobre remunerações, de 2,7 milhões de euros, por via do aumento no número de trabalhadores, das

atualizações salariais transversais a todos os colaboradores, salientando-se também o aumento de abonos ao pessoal ligado à revisão e venda, assim como da manutenção dos veículos ferroviários.

## Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Perdas		
Em investimentos financeiros	-	(2 000 000)
Ativos não correntes detidos para venda	-	-
Reversões		
De investimentos financeiros	-	-
Em investimentos financeiros	19 495	10 242
Ativos não correntes detidos para venda	441 189	-
	<b>460 684</b>	<b>(1 989 758)</b>

Em 2023 foi registada uma imparidade no montante de 2 milhões de euros relacionada com a participação financeira no Centro de Competências Ferroviário.

Em 2024 a anulação da imparidade que se observa no quadro seguinte, resultou da alienação de material circulante que se encontrava registado como ativo não corrente detido para venda.

<b>Descrição</b>	<b>saldo inicial</b>	<b>adições</b>	<b>reversões</b>	<b>transferências</b>	<b>(valores em euros)</b>
					<b>saldo final</b>
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	2 465 437	-	( 441 189)	-	2 024 248
<b>Total</b>	<b>2 469 334</b>	<b>-</b>	<b>( 441 189)</b>	<b>-</b>	<b>2 028 145</b>

## Outros Rendimentos (nota 36)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Rendimentos suplementares	11 425 451	8 998 940
Descontos de pronto pagamento obtidos	675	2 210
Ganhos em inventários	50 804	31 243
Restantes ativos financeiros	3 154 730	1 533 192
Investimentos não financeiros	356 104	-
Outros	13 626 401	15 329 328
	<b>28 614 165</b>	<b>25 894 913</b>

Verificou-se um aumento de cerca de 2,7 milhões de euros face ao ano de 2023, para a qual contribuíram as seguintes rubricas:

- Na rubrica *Restantes Ativos Financeiros*, observa-se um acréscimo de 1,6 milhões de euros resultante da evolução cambial associada à avaliação da participação da Eurofima;
- Na rubrica *Rendimentos Suplementares*, verifica-se um aumento de 2,4 milhões de euros, justificado em grande medida pela faturação à Infraestruturas de Portugal do custo suportado com o transbordo rodoviário ao abrigo do protocolo que regula os procedimentos de condicionamento da circulação ferroviária por intervenções efetuadas na via.

## Outros Gastos (nota 37)

A rubrica de outros gastos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Impostos	( 219 399)	( 231 106)
Dívidas incobráveis	( 6 826)	( 4 553)
Perdas em inventários	( 81 381)	( 7 005)
Investimentos não financeiros	(1 469 147)	(1 952 940)
Outros	(9 719 564)	(14 738 104)
	<b>(11 496 317)</b>	<b>(16 933 708)</b>

Para a diminuição registada de 5,4 milhões de euros contribuíram essencialmente os seguintes factos:

- Diminuição da rubrica de abates na ordem dos 1,7 milhões de euros;
- Redução dos gastos com correções de exercícios anteriores em cerca de 1,2 milhões de euros (em 2023 estavam registadas despesas de eletricidade relativas ao período compreendido entre julho e outubro de 2022);
- Impacto favorável das diferenças cambiais resultantes da evolução cambial associada à avaliação da participação da Eurofima, no valor de 1,8 milhões de euros.

## Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 38)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(48 282 741)	(51 379 307)
Ativos intangíveis	( 585 838)	( 325 025)
IFRS 16	(1 828 612)	(1 737 081)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	15 249
Ativos intangíveis	-	-
	<b>(50 697 191)</b>	<b>(53 426 164)</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas. Estas são revistas anualmente, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

## Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 39)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	1 404 722	111 045
<b>Total</b>	<b>1 404 722</b>	<b>111 045</b>

O montante registado diz respeito à reversão de perdas por imparidade de material circulante que foi recuperado e que consequentemente foi reposto ao serviço.

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 40)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2024	2023
Juros obtidos	144 950	49 527
<b>Total</b>	<b>144 950</b>	<b>49 527</b>

Na rubrica em análise são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos concedidos a empresas participadas, assim como de depósitos a prazo (IGCP-CEDIC).

## Juros e Gastos Similares Suportados (nota 41)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	2024	2023	(valores em euros)
Juros suportados	(9 509 083)	(44 362 884)	
Outros gastos e perdas	(7 288 923)	(6 771 958)	
	<b>(16 798 006)</b>	<b>(51 134 842)</b>	

A redução verificada nos financiamentos obtidos, justifica o decréscimo da rubrica de juros e gastos similares suportados pela CP durante o exercício de 2024, variação que ascendeu a 34,3 milhões de euros face ao período homólogo do ano anterior.

## Garantias e Avales (nota 42)

Garantias e Avales prestados pela CP a terceiros, a empresas do grupo e associadas:

Empresa	Valor	(valores em euros)
Garantias prestadas pela CP a terceiros	2 881 796	
Millennium BCP a favor da PETROGAL SA	2 500	
Millennium BCP a favor de ESCRITÓRIOS DO TEJO	34 396	
Millennium BCP a favor de PRMT TEJO SA	34 396	

## Saldos e Transações com Empresas Associadas (nota 43)

O grupo CP realizou operações com as suas associadas cujas participações são as que se identificam no quadro seguinte:

<b>Participações</b>	<b>(Participação %)</b>	
	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
MEDWAY	3,73%	5,00%
TIP, ACE	33,33%	33,33%
SIMEF, ACE	51%	51%
NOMAD TECH	35%	35%

Os saldos com referência a 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023 são os que a seguir se indicam:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Ativos		
Associadas		
Clientes e out. contas receber		
Associadas		
TIP, ACE	163 220	2 236 037
OTLIS, ACE	-	-
SIMEF, ACE	103 894	265 910
NOMAD TECH, LDA	21 009	277 460
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar		
Associadas		
TIP, ACE	(666 780)	(467 056)
SIMEF, ACE	(780 267)	(640 931)
NOMAD TECH, LDA	(183 422)	(872 586)
<b>Total Ativo + Passivo</b>	<b>(1 342 346)</b>	<b>798 834</b>

As transações com referência a 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023 são as que se apresentam nos quadros seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Vendas e prestações de serviço		
Associadas		
TIP, ACE	8 781 740	9 828 314
SIMEF, ACE	3 927 132	3 546 484
NOMAD TECH, LDA	84 197	67 679
<b>total</b>	<b>12 793 069</b>	<b>13 442 477</b>
Gastos		
Associadas		
TIP, ACE	( 489 841)	( 234 806)
SIMEF, ACE	(6 614 262)	(6 049 039)
NOMAD TECH, LDA	(1 099 090)	( 550 950)
<b>Total</b>	<b>(8 203 193)</b>	<b>(6 834 795)</b>

Descrição	2024	2023	(valores em euros)
Investimento			
Associadas			
SIMEF, ACE	-	72 802	
NOMAD TECH, LDA	-	1 259 838	
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1 332 640</b>	

## Remuneração do Revisor Oficial de Contas (nota 44)

A Sociedade Alves Da Cunha, A Dias & Associados, Lda. apresentou honorários para o período de 2024, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, o montante 27.360 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.930 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

## Acontecimentos Relevantes Após a Data da Demonstração da Posição Financeira (nota 45)

Após a data de balanço destacam-se os seguintes acontecimentos:

- A CP foi resarcida em março de 2025 dos valores do acerto de reequilíbrio do contrato pela compensação financeira das OSP de 2021, e do acerto de reconciliação das OSP de 2022, valores reconhecidos nas contas de 2023.
- Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2025, de 19 de fevereiro, são nomeados os membros do novo conselho de administração da CP - Comboios de Portugal, E. P. E.
- Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2025, de 24 de janeiro, é alterada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2020, de 12 de junho, determinando o valor máximo da compensação financeira a atribuir à CP — Comboios de Portugal, E. P. E., pela criação do «Passe Ferroviário Verde», nos anos de 2024 e 2025.

Não temos conhecimento de qualquer outra situação que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.

**11.**

# **Relatório de Auditoria**





## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 667.658.736 euros e um total de capital próprio de 228.969.502 euros, incluindo um resultado líquido de 1.929.101 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme divulgado na nota 18 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 2023, o Estado deliberou proceder a um aumento de capital estatutário da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., no montante de 2.099.740.965 euros, grande parte através da conversão de créditos de capital e de juros no montante de 1.919.301.572 euros e o restante através de entrada em numerário no montante de 180.439.393 euros (parcialmente realizado), sendo que a realização do remanescente, no montante de 126.307.573 euros, ocorreu em 2024. Após esta deliberação o capital estatutário da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. foi fixado em 212.635.680 euros.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10 000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa

Sede: Rua Julieta Ferrão, 12 - Sala 903 - Torre A • 1600 - 131 LISBOA • PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax. +351 217 910 685

Escritório: Avenida da Repúblca, Edifício Office A4 – Escritório 27 – Piso 3 • 2649-517 ALCABIDECHE • PORTUGAL

Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944

[www.rrmr-sroc.pt](http://www.rrmr-sroc.pt)

Conforme divulgado na nota 28 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica subsídios à exploração inclui o montante de 105.072.809 euros, relativo a compensações financeiras atribuídas ao abrigo da cláusula 5.<sup>a</sup> do Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado com o Estado Português. Este montante inclui 4.732.275 euros que dizem respeito à compensação, estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2025, de 24 de janeiro, pelo cumprimento das obrigações de serviço público decorrentes da criação, em agosto de 2023, do Passe Ferroviário Nacional e, em outubro de 2024, do Passe Ferroviário Verde. Adicionalmente, inclui 15.944.462 euros referentes ao acerto, favorável à CP, das compensações financeiras relativas ao cumprimento das obrigações previstas no referido contrato para o ano de 2024, montante este que, à data, ainda se encontrava pendente de validação por parte do Gestor do Contrato.

O Relatório e Contas de 2022 e de 2023 do Grupo ainda não foi aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira, conforme divulgado na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão e do relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de julho de 2025

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por:



Maria Filomena Neves Marques, ROC nº 1201  
Registada na CMVM com o nº 20160812



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO  
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

# 12. Certificação Legal das Contas





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 667.658.736 euros e um total de capital próprio de 228.969.502 euros, incluindo um resultado líquido de 1.929.101 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

1. Conforme divulgado na Nota 18 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, no decorrer de 2023, o Estado deliberou proceder a um aumento de capital estatutário em 2.099.740.965 euros, a realizar em espécie, mediante a conversão de créditos de capital e juros por si detidos (1.919.301.572 euros), e em numerário (180.439.393 euros). Para cobertura da totalidade dos resultados transitados negativos (5.937.952.004 euros) foi determinada ainda a redução do capital, bem como a utilização de uma reserva de saneamento financeiro no âmbito de um protocolo celebrado em 1993, no montante de 91.357.368 euros. No termo deste processo, o capital estatutário da CP foi fixado em 212.635.680 euros, tendo sido realizado, em 2024, o remanescente em numerário, no montante de 126.307.573 euros.
2. Conforme divulgado na Nota 28 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, em 2024 foi reconhecido, na rubrica “Subsídios à exploração”, o montante de 105.072.809 euros, relativo a compensações financeiras atribuídas ao abrigo da cláusula 5.º do Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado com o Estado Português. Deste montante, 4.732.275 euros correspondem à compensação, estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2025, de 24 de janeiro, pelo cumprimento das obrigações de serviço público decorrentes da criação, em agosto de 2023, do Passe Ferroviário Nacional e, em outubro de 2024, do Passe Ferroviário Verde. Adicionalmente, 15.944.462 euros referem-se ao acerto, favorável à CP, das compensações financeiras relativas ao cumprimento das obrigações previstas no referido contrato para o ano de 2024, cujo valor se encontrava, à data, ainda pendente de validação por parte do Gestor do Contrato.



AC

3. Conforme divulgado na Nota 1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas aos exercícios de 2022 e 2023 não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e sectorial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as



divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de julho de 2025

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha  
ROC n.º 585 registado na CMVM com o n.º 20160240

# 13. Relatório do Conselho Fiscal

Simples, flexível e  
amigo do ambiente

## PASSE FERROVIÁRIO VERDE

SERVIÇO

### Intercidades

Necessário reservar  
o seu lugar nas 24h que  
antecedem a viagem.

Pode fazê-lo em [cp.pt](#), na APP CP,  
nas bilheteiras ou nas novas Máquinas  
de Venda Automática nas estações  
da Área Metropolitana de Lisboa.

Consultar [www.cp.pt](#) para mais informações.

Cada 50 dias

20€

COMBOS DE PORTUGAL



**CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL****CONTAS CONSOLIDADAS 2024 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.****1. INTRODUÇÃO**

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos<sup>1</sup> da empresa e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas da CP e respetivas participadas (Grupo CP), referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2024.

O presente Relatório e o Parecer têm em consideração a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC)<sup>3</sup> e as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos<sup>4</sup>, sobre as demonstrações financeiras consolidadas da CP do exercício de 2024, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, foram preparadas a partir de regtos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2024. A CP, a empresa-mãe do Grupo CP, encontra-se inserida na lista das entidades que integram as Administrações Públicas, estando integrada num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro;

---

<sup>1</sup>Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março, n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro e 174-B/2019 de 26 de dezembro.

<sup>2</sup>De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup>Datada de 17 de julho de 2025.

<sup>4</sup>Datado, igualmente, de 17 de julho de 2025.

**CONSELHO FISCAL**

- Na decorrência da emissão do Despacho dos Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, que determinou a atribuição à CP das compensações pelas obrigações de serviço público incorridas de 2002 a 2019, antes da entrada em vigor do Contrato de Serviço Público celebrado com o Estado, mediante aumento do capital estatutário da CP em cerca de 2.099,74 milhões de euros (M€), realizado em 2023 e em 2024 (126,3 M€), implicando uma alteração significativa na estrutura financeira da empresa, com reflexos no Grupo CP, relativamente aos anos anteriores;
- Pela RCM n.º 29/2025, de 19 de fevereiro, foi nomeado o novo Conselho de Administração da CP para o triénio 2025-2027, pelo que o período, em relato, na CP e nas participadas em que esse Conselho exerce cargos de administração, reporta ao exercício de funções do anterior Conselho de Administração.

É neste contexto que são apresentados as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do Grupo CP, como se de uma única entidade se tratasse.

**2. SÍNTSE DA AÇÃO DESENVOLVIDA**

Durante o ano de 2024, o CF efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- Reuniões com a área financeira da CP;
- Reuniões com a Secretaria-Geral da CP;
- Realização de reunião com o ROC da CP;
- Realização de reunião com os Auditores Externos da CP;
- Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas da CP referentes a 2023;
- Emissão de parecer sobre os Planos de Atividades da CP para 2024 e para 2025;
- Elaboração do convite e preparação do procedimento para seleção do ROC da CP;
- Análise das propostas apresentadas no âmbito do respetivo procedimento e submissão às tutelas do relatório de avaliação para escolha do ROC, da CP, para o triénio 2025-2027;
- Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelos Conselho de Administração.

**CONSELHO FISCAL****3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP**

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, respetivamente, do Ministério das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A CP gera um portefólio de empresas nas áreas dos seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

Neste contexto, a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detinha, em 31 de dezembro de 2024, direta e maioritariamente, as seguintes empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações se encontram reconhecidas pelo método da consolidação integral:

- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), detida pela CP em 100%, com o capital social de 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas do sector de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. Note-se que a FERNAVE detém uma participação de 6,92% na TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, SARL, sediada em Moçambique, e cuja participação está reconhecida ao custo de aquisição menos perdas de imparidade<sup>5</sup>;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), com o capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, à criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho, ao ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

---

<sup>5</sup>Na rubrica Outros Investimentos Financeiros.

**CONSELHO FISCAL**

- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros.

A CP detém, direta ou indiretamente através das suas empresas subsidiárias, conforme suprarreferido, outras participações financeiras em empresas ou outras entidades, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa<sup>6</sup>.

O Grupo CP, no final de 2024, contava com 4.000 colaboradores de efetivo a cargo (+ 161 relativamente ao verificado no final do ano de 2023), e uma frota de 238 automotoras (-6) , 50 locomotivas (+1) e 156 carruagens (+3). Estes meios permitiram fazer circular cerca de 416 milhares de comboios que transportaram cerca de 188,3 milhões de passageiros.

**4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

O Resultado Líquido do Grupo CP, em 2024, ascendeu a cerca de 1,9 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 1,4 milhões de euros, em relação ao resultado alcançado no ano anterior, que ascendeu a cerca de 3,3 milhões de euros.

Para este resultado contribuiu, essencialmente, a diminuição dos subsídios à exploração (compensações financeiras atribuídas à CP pelas obrigações de serviço público), bem como o acréscimo de custos com Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal.

Neste sentido, regista-se um decréscimo do EBITDA das atividades *core* do Grupo (transporte e manutenção) em cerca de 48,6 milhões de euros e do Resultado Operacional do Grupo, em cerca de 40,2 milhões de euros, face ao ano anterior.

Ainda de referir, em termos operacionais e conforme assinalado no âmbito do parecer às contas individuais da CP que, no ano de 2024, registou-se um acréscimo dos rendimentos provenientes das vendas e serviços prestados, alinhado com o acréscimo verificado de passageiros transportados, de cerca de 35,2 milhões de euros, ainda que a evolução dos proveitos de tráfego se distinga da evolução da procura, por diversos fatores, incluindo o peso dos títulos mensais que têm uma tarifa média mais baixa relativamente aos bilhetes simples.

<sup>6</sup> Entidades Conjuntamente controladas: SIMEF, ACE (51%) e TIP, ACE (33,33%); Associadas: NomadTech, Lda (35%); Outras Participações: TRANSCOM, SARL (Moçambique) (6,92% via Fernave), Medway, S.A (3,73% via CP), Metro do Porto (0,005% via CP), Metro ligeiro de Mirandela (10% via CP), Metro do Mondego (2,5% via CP), ICF, SA (Bélgica) (2,09% via CP), Eurofima (2% via CP); BCC (Bélgica) (1,37% via CP), e Associação Centro de Competências Ferroviárias (CCF) (35,34%).



#### CONSELHO FISCAL

Ao nível do resultado financeiro do Grupo, o mesmo foi negativo em cerca de 16,7 milhões de euros, registando-se uma melhoria face ao verificado em 2023, em cerca de 34,4 milhões de euros, fundamentado, essencialmente, pela redução da dívida remunerada, a qual, no final do ano de 2024 ascendia a cerca de 103,6 milhões de euros, correspondente ao empréstimo obrigacionista (uma redução de cerca de 49% face ao verificado no final de 2023).

Relativamente ao Balanço do Grupo CP, assinala-se uma redução do Ativo, em cerca de 72,6 milhões de euros, no âmbito do qual se destaca, a redução de cerca de 126,3 milhões de euros (capital subscrito e não realizado) que corresponde à realização do remanescente do aumento de capital aprovado em 2023, na sequência do Despacho dos Senhores Ministros das Finanças e das Infraestruturas, de 9 de outubro de 2023, anteriormente referido.

Ainda em termos do Ativo, é de assinalar, um aumento do saldo de Caixa e Depósitos Bancários, em cerca de 41,7 milhões de euros, que refletem, essencialmente, os movimentos ocorridos na CP, referentes às transferências realizadas pelo Fundo Ambiental e do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), respeitantes às comparticipações para o financiamento da aquisição de 117 automotoras elétricas (RCM n.º 57-F/2024) e 22 automotoras para o serviço regional (RCM n.º 57-G/2024) e ainda o valor restante do aumento de capital, no valor de 18,9 milhões de euros a utilizar nos anos subsequentes para pagamento da dívida.

Em termos de Passivo, regista-se um decréscimo, em 2024, de cerca de 74,8 milhões de euros, sendo de realçar, conforme supra referido, a diminuição do saldo de Financiamentos Obtidos, em cerca de 99 milhões de euros.

Em termos de capital próprio do Grupo CP que, no final de 2024, ascendia a cerca de 229 milhões de euros, constata-se um acréscimo de cerca de 1%, relativamente ao verificado no ano transato, referindo-se que esta variação resulta da proposta de aplicação de resultados positivos apresentada no ano anterior e que ainda aguarda aprovação.

#### 4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do Grupo CP<sup>7</sup>, destaca-se o seguinte:

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou, em 2024, um resultado líquido positivo de cerca de 1 milhão de euros, representando um aumento de 27,8%, em relação ao registado no ano anterior, essencialmente decorrente do impacto do acréscimo de rendimentos provenientes de vendas e serviços prestados (20,6%), ainda que se tenham registado acréscimos de gastos com FSE e pessoal.

---

<sup>7</sup>Relativamente às empresas subsidiárias da CP.

**CONSELHO FISCAL**

O EBITDA e o resultado operacional da FERNAVE foram de cerca de 1,2 milhões de euros que representam acréscimos superiores a 21%, relativamente ao verificado no ano transato.

Em termos de recursos humanos registou-se um acréscimo de um colaborador, pelo que o número de trabalhadores no final do ano era de 11.

**• ECOSAÚDE**

No final de 2024, a empresa apurou um resultado líquido de cerca de 35,4 milhares de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 28,4% face ao ano anterior, embora registe decréscimos no EBITDA que ascendeu a cerca de cerca de 88,2 milhares de euros (-3,4%) mantendo o nível do resultado operacional, que ascendeu a cerca de 59,8 milhares de euros (cerca de +0,4 % face ao ano transato).

Apesar do aumento das vendas e prestações de serviços (4%), verificou-se um acréscimo superior nos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e Pessoal, o que associado à redução das depreciações e à melhoria do resultado financeiro, ainda assim, permitiu alcançar um resultado líquido superior ao verificado no ano transato.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava, no final de 2024, com 25 trabalhadores do quadro (+1 relativamente ao verificado no ano anterior).

**• SAROS**

Em 2024, o resultado líquido ascendeu a 371,3 milhares de euros, superior em 14,7% em relação ao ano anterior. O resultado operacional e o EBITDA registaram a mesma tendência, situando-se, respetivamente, nos 450 milhares de euros e 452,9 milhares de euros (acréscimos superiores a 14% em comparação com o ano anterior). Em termos de recursos humanos, a empresa continuou a contar apenas com 1 colaborador (assegurada apenas pela gerência).

**5. PARECER**

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. e do Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., tendo os mesmos sido considerados no âmbito da preparação do presente Relatório e Parecer.

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de

**CONSELHO FISCAL**

2024, e o modo como se formaram os resultados do exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases, bem como as matérias relevantes de auditoria mencionadas tanto na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC como no Relatório de Auditoria emitido pelos auditores externos.

No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2024, atentas as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria.

Lisboa, 30 de julho de 2025.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

ANTÓNIO JOSÉ FARINHA SIMÃO

Digitally signed by ANTÓNIO  
JOSE FARINHA SIMAO  
Date: 2025.07.30 15:32:12  
+01'00'

*António Farinha Simão*

Os Vogais,

Assinado por : TERESA ISABEL CARVALHO COSTA  
Num. de Identificação: BI081758170  
Data: 2025.07.30 09:05:55+01'00'

*Teresa Costa*

Assinado por: CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE  
Num. de Identificação: 10415151  
Data: 2025.07.30 11:31:00+01'00'

*Cristina Freire*